UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE
CURSO DE ETNODESENVOLVIMENTO

ALBERIS GOMES DA SILVA

MANEJO FLORESTAL NÃO MADEIREIRO DAS FAMÍLIAS EXTRATIVISTAS DA RESERVA EXTRATIVISTA MAPUÁ, COMUNIDADE SANTÍSSIMA TRINDADE, RIO ARAMÃ, BREVES (PA)

ALTAMIRA - PA
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE
CURSO DE ETNODESENVOLVIMENTO

ALBERIS GOMES DA SILVA

MANEJO FLORESTAL NÃO MADEIREIRO DAS FAMÍLIAS EXTRATIVISTAS DA RESERVA EXTRATIVISTA MAPUÁ, COMUNIDADE SANTÍSSIMA TRINDADE, RIO ARAMÃ, BREVES (PA)

Monografia apresentada à Faculdade de Etnodiversidade do Campus Universitário de Altamira da Universidade Federal do Pará-UFPA, como requisito avaliativo para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado em Etnodesenvolvimento.

Orientadora: Profª. Drª. Carina Catiana Foppa

ALTAMIRA - PA
2020

Dados da biblioteca

ALBERIS GOMES DA SILVA

MANEJO FLORESTAL NÃO MADEIREIRO DAS FAMÍLIAS EXTRATIVISTAS DA RESERVA EXTRATIVISTA MAPUÁ, COMUNIDADE SANTÍSSIMA TRINDADE, RIO ARAMÃ, BREVES (PA)

Orientadora: Profª. Drª. Carina Foppa

Aprovado em: 10 de dezembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Carina Catiana Foppa. (Orientadora)
Afiliação: UFPR

_____

Profª Ms. Maria Páscoa Sarmento de Sousa. (Membro)
Afiliação: UFPA

_____

Prof. Dr. Gustavo Goulart Moreira Moura. (Membro)
Afiliação: FACETNO - UFPA

ALTAMIRA – PA
2020

Dedicatória

A Deus por permitir a realização deste trabalho, aos meus familiares e amigos.

Agradecimentos

A Deus pela realização de mais um importante avanço em minha vida. A minha mãe Valdilena, ao meu pai Abdias Costa da Silva e aos meus irmãos Arison, Alberdan, Vilma, Vanessa, Abdielson, Vanilce, Ailson e Valdete que sempre me apoiaram e incentivaram no decorrer desse processo.

A minha orientadora Carina Foppa a qual compartilhou das potencialidades e dificuldades do trabalho, pela disponibilidade, paciência e incentivo contribuindo significativamente no desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Faculdade de Etnodiversidade Campus Altamira/Soure a qual proporcionou o desenvolvimento deste trabalho.

A comunidade Santíssima Trindade de modo geral a qual eu pertenço e que compartilhou de seus saberes e conhecimentos no decorrer das pesquisas, sendo de fundamental importância em minha graduação.

Aos educadores e educadoras do curso de Etnodesenvolvimento. A todos os amigos e colegas da turma do Etno com destaque ao amigo Gilfran. E ao meu amigo e colega Lenilson Feitosa.

Resumo

Este Plano de Ação foi construído coletivamente, a partir das demandas da Comunidade Santíssima Trindade Breves- PA e se efetiva pelo diálogo de saberes entre povos e comunidades tradicionais e a academia. O objetivo é fortalecer o Manejo Não Madeireiro sustentável realizado pelas famílias extrativistas da Comunidade, como caminho para sustentabilidade e busca refletir sobre a contribuição que a Reserva Extrativista (RESEX) tem com os Povos das Florestas. O Plano de Ação foi estruturado a partir das pesquisas dos Tempos Comunidades (TC) com contribuições e discussões levantadas no decorrer do estudo e pesquisas participativas e com o Tempo Universidade (TU) de acordo com o que está previsto no Projeto Político Pedagógico (PPC) do curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento da Universidade Federal do Pará (UFPA). Nesse sentido, os diálogos e pesquisas tiveram a participação direta e coletiva da comunidade e trouxe a importância e contribuição das RESEXs para a conservação e proteção da floresta, após 30 anos de assassinato do idealizador, sindicalista e ativista Chico Mendes. Os Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) são os principais provedores de renda na Comunidade Santíssima Trindade. Por isso, este Plano de Ação priorizou dialogar com a comunidade sobre os entraves e problemáticas existentes nas Reservas Extrativistas, os "grandes empreendimentos" e estratégias do agronegócio que atingem as Resex e Povos Tradicionais, bem como trabalhar as ferramentas de resistências, a necessidade de autonomia e organização enquanto Comunidades Tradicionais. A autonomia comunitária local é primordial para os processos sociais.

Palavras chaves: Povos e Comunidades Tradicionais, Autonomia, Resex, Etnodesenvolvimento.

Abstract

This Action Plan was built collectively, based on the demands of the Santissima Trindade Breves Community, Pará state (Amazon region, Brazil) and is effective through the dialogue of knowledge between traditional peoples, communities and academia. The objective is to strengthen the sustainable non-timber management carried out by extractive families in the community, as a path to sustainability and seeks to reflect on the contribution that the Extractive Reserve (RESEX) has to the Forest's People. The Action Plan was structured from the research of the Communities Times with contributions and discussions raised in the course of the study and participatory research and with the University Time according to what is foreseen in the Pedagogical Political Project undergraduate and bachelor's degree in Ethnodevelopment from the Federal University of Pará (UFPA). In this sense, the dialogues and research had the direct and collective participation of the community and brought the importance and contribution of RESEXs to the conservation and protection of the forest, after 30 years of murder of the creator, unionist and activist Chico Mendes. Non-Timber Forest Products are the main income providers in the Santíssima Trindade Community. For this reason, this Action Plan prioritized dialogue with the community about the obstacles and problems existing in the Extractive Reserves, the "large enterprises" and agribusiness strategies that affect the Resex and Traditional Peoples, as well as working with the resistance tools, the need for autonomy and organization as Traditional Communities. Local community autonomy is fundamental for social processes.

Keywords: Traditional People and Communities, autonomy, Resex, Ethnodevelopment.

Lista de Figuras

1 Localização Geográfica de Breves no Pará 19
2 Algumas espécies florestais da localidade 20
3 Rios Jacaré Grande, Aramã e Furos dos Macacos 21
4 Comunidade Santíssima Trindade 22
5 Árvore e Óleo de Copaíba 23
6 Cartografia da Comunidade Santíssima Trindade 24
7 Comunidades na Resex Mapuá 25
8 Resex Mapuá e sua localização 26
9 Mapeamento participativo Resex Mapuá mapa de uso múltiplo com indicação dos Produtos Não Madeireiros 34
10 Proposta de Triangulação de dados levantados 39

Lista de siglas

CFR: Casa Familiar Rural
CNE ... Conselho Nacional de Educação
COAMA ... Cooperativa Agroextrativista dos Rios Mapuá e Aramã
EMATER ... Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENEM ... Exame Nacional do Ensino Médio
IBAMA ... Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE... Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFT ... Instituto Florestal Tropical
KM²... Quilômetros Quadrados
LDB ... Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MFC ... Manejo Florestal Comunitário
PFNMs ... Produtos Florestais Não Madeireiros
PSE ... Processo Seletivo Especial
RESEX... Reserva Extrativista
UFPA ... Universidade Federal do Pará

Sumário

1. Introdução 12
1.1 Memorial de vida 12
1.2 O Manejo Florestal Não-Madeireiro e a RESEX Mapuá 17
2. Contextualização da Área de Estudo: aspectos socioambientais 18
2.1 Município de Breves 18
2.2 A Comunidade Santíssima Trindade 22
3. Criação da Reserva Extrativista Mapuá e sua gestão 24
3.1 Conselho Deliberativo e participação das comunidades 26
3.2 Plano de Utilização da RESEX Mapuá 28
4. Problemática 29
4.1 Embasamentos para a aplicação e desenvolvimento do Plano de Ação 29
5. Objetivos 36
5*.1 Objetivo Geral* 36
5.2 Objetivos Específicos 36
6. Metas 37
7. Metodologia 37
7.1 Técnicas de Coleta de Dados 38
7.2 Registros dos Dados 38
7.3 Dados Secundários 39
7.4 Sistematização dos Dados 39
7.5 Detalhamento das Metas 39
8. Cronograma de Execução 42
9. Resultados Preliminares 42
10. Considerações Finais 47
Referências Bibliográficas 49

1. Introdução

1.1 Memorial de vida

Sou extrativista, Alberis Gomes da Silva, nascido no município de Breves – PA e um dos nove filhos de Abdias Costa da Silva e Valdilena Carvalho Gomes, ambos extrativistas. Faço parte e tenho vivências com Reserva Extrativista. Sou extrativista no sentido de viver e praticar, ou seja, desenvolver atividades extrativistas e fazer parte desse grupo de pertencimento que respeita e cuida da natureza, realizando sua conservação. Ao mesmo tempo é nossa identidade e cultura que faz parte de nossa realidade. Ser extrativista é vida, vida essa interligada diretamente nas atividades de extrativismo, da qual mantemos a sustentabilidade das famílias, como as atividades produtivas do açaí, mandioca, sementes e frutos, entre outros. E, por isso, temos conhecimentos relevantes para a sociedade e meio ambiente.

Iniciei os estudos da educação infantil e fundamental no município de Anajás (PA). Ao iniciar os estudos já morava no município de Breves, pelo fato de morar na fronteira com o município de Anajás. Como na comunidade não existia o ensino fundamental buscamos soluções em outras localidades. Então, durante toda a formação no ensino fundamental residi no município de Breves, mas ao mesmo tempo estudava na comunidade de outro município. Nesse período não existia transporte escolar, então para chegar à escola utilizávamos a canoa (casco).

Os dados preliminares do Censo Escolar 2003, realizado pelo Inep, mostram que 37% das 11 milhões de crianças em idade escolar na zona rural (aproximadamente 4 milhões) foram atendidas pelo transporte escolar mantido pelos estados e municípios. O restante, ou seja, 7 milhões de crianças, não utilizam um serviço de transporte público regular para ir à escola, sendo a maioria das viagens feitas a pé (INEP, 2003). Hoje, continuamos utilizando a canoa em nossas comunidades, mas com outras funções, pois faz parte de nossa realidade e cultura. Na atualidade já existe o transporte escolar que foi conquistado por representantes locais e de outras regiões.

Enfrentei vários desafios para concluir, em 2008, o ensino fundamental. Mas o desejo e vontade de vencer sempre são significantes e aprendemos a cada dia. Depois de ter concluído o Ensino Fundamental, tanto na comunidade Vila Paraíso (Anajás), como na Santíssima Trindade (Breves), ainda não ofertavam o Ensino Médio. Por minha família não ter condições financeiras para proporcionar a minha moradia na cidade fiquei dois anos sem estudar em sala de aula. Porém, continuei produzindo conhecimentos, aprendendo no e com o território as vivências e práticas que envolvem nossa diversidade. Existem diversas

formas de aprendermos e produzirmos conhecimentos e uma delas é o contato com a natureza e sua pluralidade em que estamos envolvidos.

Retornei às atividades no Ensino Médio em 2011, na Casa Familiar Rural de Breves (CFR), já com 17 anos de idade, vivenciando a proposta de interdisciplinaridade e a pedagogia da alternância, na qual ficávamos 15 dias na escola e 15 dias nas comunidades de nossas localidades, realizando estudos e pesquisas em relação à comunidade.

Estudei o Médio integrado ao Técnico em Florestas e conclui essa etapa em 2013. A partir dos estudos na referida escola de ensino médio, que trabalha de certa forma a realidade local, é que passei a conhecer de maneira mais ampla e significativa as famílias locais, as histórias da comunidade e principalmente nossos saberes.

Ao concluir o Ensino Médio, o desejo e vontade sempre foram fazer graduação na Universidade Pública, como a Universidade Federal do Pará (UFPA). Tentei algumas vezes pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mas não fui aprovado, pois esse sistema universaliza, de modo geral, os estudantes da cidade e do campo. Então, encontramos dificuldades, considerando as diferenças entre as realidades. E muitas vezes a população do campo não recebe o cuidado e respeito necessário no contexto educacional.

Em seu livro Educação como Prática da Liberdade, Paulo Freire (1967) traz as discussões sobre trabalhar e promover ações diretamente ligadas à educação e os desafios encontrados: “a educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa (p.97)”. Um ato de amor e coragem vivenciei no decorrer dessa caminhada em busca dos objetivos, pois é um desafio deixarmos por algum tempo nossos locais, comunidades e irmos em busca de novos conhecimentos para dialogarmos com nossas localidades.

Somos todos capazes, tanto estudantes das cidades, como os do campo. Mas na realidade, a educação da cidade é vista por muitos gestores como superior à do campo. Os Movimentos do Campo também têm conseguido, aos poucos, transformar demandas em práticas e políticas educacionais (ARROYO, CALDART e MOLINA, 2004). Em 2002, o Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, por meio da Resolução CNE/CEB n. 01, de 03 de abril de 2002 (Brasil, 2002). A instituição das diretrizes é resultado das lutas e reivindicações dos movimentos sociais e organizações que lutam por uma educação que contemple a diversidade dos povos que vivem no e do campo com suas diversas identidades, tais como, Sem Terra, Pequenos Agricultores, Quilombolas, Povos da Floresta, Pescadores, Ribeirinhos, Extrativistas e Assalariados Rurais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) refere-se ao tratamento da educação rural no âmbito do direito à igualdade e do respeito às diferenças (BRASIL, 1996). A Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, que, ao tratar das Diretrizes Operacionais da Educação nas Escolas do Campo, refere-se à construção de uma política específica e a necessidade de atender a diversidade das populações que residem no meio rural, de acordo com suas realidades, usando uma expressão muito feliz: *essa diversidade deve "ancorar-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros"*.

Então, argumento pelas diversas experiências na minha trajetória de vida e da minha comunidade de pertença que sou do campo e na vivência acadêmica venho reforçar que somos todos capazes e sou mais um, entre diversos outros estudantes do campo, cursando graduação em Instituições Públicas. Ressaltando que os investimentos educacionais são feitos em grande proporção nas cidades e as escolas do campo são esquecidas pela gestão.

Diante de todas as controvérsias consideradas, o importante é destacar que a ideia de igualdade de oportunidades de acesso e permanência na escola é consensual. Isso significa que as escolas (sejam rurais ou urbanas) devem ter de fato a responsabilidade de manter seus alunos até o final do curso, garantindo para isso um padrão de qualidade, que afinal, é o grande desafio (SÃO CARLOS, 2000).

Se a educação do campo recebesse o respeito e investimentos educacionais necessários que merecemos o número de estudantes para ingressar nas Universidades seriam maiores. De acordo com o Fórum Paraense de Educação do Campo, apenas entre 2014 e 2016 já foram fechadas 1.080 escolas e 1.913 tiveram as atividades paralisadas no Estado Pará. Os dados apresentados foram apurados por meio do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Como Comunidade Tradicional, o acesso e permanência na educação básica e a Universidade é um desafio, e é fundamental considerar os desafios para o acesso e a permanência. Porém, é necessário maior atenção e ações para nós povos tradicionais. Os direitos de nós, povos e comunidades tradicionais, como o Decreto 6040/2007 (BRASIL, 2007) descreveremos mais adiante em nosso estudo.

Em 2016 fui aprovado no Processo Seletivo Especial (PSE) do Curso de Etnodesenvolvimento - Licenciatura e Bacharelado da Universidade Federal do Pará - Campus de Soure. As vivências que tive no decorrer desse processo de formação, antes de iniciar a graduação o Curso de Etnodesenvolvimento, enriqueceram significativamente minha trajetória com o curso.

Trago aqui esta experiência enriquecedora, de significados e saberes que nos fortalecem ao falarmos e escrevermos de nós mesmos enquanto estudantes, pesquisadores e profissionais da educação. É grandioso você estar no meio acadêmico e estudar, viver e dialogar com sua realidade, pois vivemos a cada dia a diversidade que compõe e existe em nossas localidades. As relações que temos com a natureza e sua conservação em diálogo com os conhecimentos científicos complementam ainda mais nossos conhecimentos.

Em convergência com Boaventura de Sousa Santos (2004), notamos as pluralidades de saberes e a relação dos conhecimentos entre as comunidades tradicionais e a Universidade ou vice-versa, numa perspectiva de uma Ecologia de Saberes que considere nossos conhecimentos.

> A ecologia de saberes é, por assim dizer, uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade. Consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental, etc.) (SANTOS, 2004, p. 56).

Discordamos de várias situações que dizem a nosso respeito. Situações referentes aos nossos conhecimentos e práticas desenvolvidas, sabemos que os saberes se complementam, tanto o científico como o tradicional, ou vice-versa. Presenciamos a negação de direitos de políticas públicas e do território, porém, utilizamos das formas de resistências através de organizações sociais em defesa dos nossos direitos e do nosso território.

As famílias locais dependem e transmitem respeito e significado ao território ao dia a dia das vivências. O território pode ser definido “como os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária” (BRASIL, 2007).

Nesse sentido, para nós o território é de uso comum, ou seja, coletivo e nossos antecessores nos ensinam a praticar as atividades para manutenção de nosso sustento realizando sua conservação e proteção. E, principalmente, porque dependemos deste importante espaço para existirmos. Terras tradicionalmente ocupadas refere-se diretamente no sentido de que nossos familiares já utilizavam e continuam a utilizar esse território com conhecimentos que vêm sendo transmitidos e ocupados pelas gerações de forma sucessiva.

De acordo com Almeida (2008), “atribuo ênfase nestes mencionados processos às denominadas “terras tradicionalmente ocupadas”, que expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza” (p. 25).

Enquanto povos tradicionais da/na Amazônia para o reconhecimento legal do território, ou seja, jurídico enfrentamos diversos entraves face ao Estado para termos o acesso à terra. Embora com os movimentos sociais tenhamos avançado nesse processo, ainda é pouco a dimensão que abrange os povos das florestas. Por isso, a necessidade de autoafirmação e reconhecer o acesso à terra e seu uso coletivo.

Nessa abordagem, utilizo das práticas aplicadas nas florestas relacionadas ao extrativismo, realizo a coleta do açaí, mandioca e outros produtos florestais não madeireiros. A partir desse levantamento e vivências mencionadas no decorrer deste trabalho facilitou a compreensão das mudanças ocorridas no território e de "construir processos de etnodesenvolvimento junto às famílias", ou seja, a autonomia e autogestão que parta da comunidade local. Esse é um breve resumo de minhas vivências.

Outro fator que contribuiu em minha formação foram os trabalhos de pesquisas Tempo Comunidade (TC), desenvolvido no Curso de Etnodesenvolvimento Licenciatura e Bacharel pela UFPA de Soure, pesquisa que realizei na localidade em que vivo, juntamente com a comunidade de maneira coletiva. E ao retorno do Tempo Universidade (TU) dialogamos com os conhecimentos e informações. No decorrer desse estudo presenciamos a importância e interação com que as famílias possuem e cuidam da natureza na aplicação de suas atividades produtivas ou de sustento. Com as informações obtidas busquei criar na prática um processo de Etnodesenvolvimento para pensar com a comunidade de que maneira a comercialização dos produtos locais poderia ser realizado, a partir do fortalecimento da "floresta em pé".

As pesquisas partiram dos TCs realizados no segundo semestre de 2016 e foram até o ano de 2019 e envolveram o diálogo com aproximadamente 20 interlocutores da Comunidade Santíssima, Rio Aramã, Breves (PA). A interlocução com os comunitários foi bem importante para entender a fase de estudo e pensar coletivamente a proposta de ação, pois o plano de ação é uma demanda da comunidade e construída com ela.

Ressaltamos como o processo formativo individual e coletivo contribuíram no desenvolver e delimitação do tema trabalhado, ou seja, as experiências e vivências adquiridas antes do acesso a Universidade e posteriormente ao ter contato com este "novo espaço" acadêmico que nos qualifica e direcionou ampliando as possibilidades de se aplicar e discutir um tema e sucessivamente alternativas para a Comunidade, alternativas estas demandadas pelas famílias locais.

E é com essas experiências, realidades desenvolvi este Plano de Ação, apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

1.2 O Manejo Florestal Não-Madeireiro e a RESEX Mapuá

O presente trabalho, Manejo Florestal Não Madeireiro das Famílias Extrativistas, fundamenta-se na ação e forma que os recursos naturais são utilizados pelos povos e comunidades tradicionais da Amazônia de maneira sustentável, sendo esses conhecimentos e saberes eficientes na conservação da natureza. Práticas essas, capazes e eficientes a transformar e construir novos rumos ou paradigmas na sociedade.

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000 (Brasil, 2000), extrativismo é um sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis (art. 2º - XII). Segundo Reydon, Schlögl e Henry (2002), uma das formas mais adequadas de preservação das florestas é através da expansão dos mercados de Produtos Florestais Não-Madeireiros (PFNMs). Segundo Shanley (2005) esses produtos também se relacionam com diferentes usos e proveniências:

> Os produtos florestais não madeireiros são meios de subsistência para as comunidades rurais. Eles proporcionam importantes recursos para sua subsistência, tais como remédios, alimentos entre outros, além de ser uma fonte de renda. Os produtos florestais não madeireiros são recursos provenientes de florestas nativas, sistemas agroflorestais e plantações (SHANLEY, 2005, p.153).

A presente proposta foi elaborada para compreender as possibilidades e limitações da Implementação/fortalecimento do Manejo Não-Madeireiro, a fim de contribuir para manutenção dos meios sustentáveis e, principalmente, (re)conhecer e dar maior visibilidade aos saberes dos povos tradicionais das famílias extrativistas da Comunidade Santíssima Trindade. Com a criação da Reserva Extrativista Mapuá, esse plano também objetivou entender as potencialidades e dificuldades enfrentadas pelos extrativistas, após sua formalização.

Foi fundamental reconhecer neste trabalho as problemáticas atuais de exploração dos recursos naturais, principalmente o aumento de áreas afetadas pelo desmatamento provocado por outros grupos de outras regiões, que favorecem o processo de comercialização, fator esse presente em diversas regiões de nosso país e que visam somente o capital, ou seja, grupos capitalistas. Deixando assim, resultados negativos para a sociedade e principalmente para nós comunidades tradicionais de onde tiramos nosso sustento.

Partindo-se dessas premissas, foi essencial a aplicação dessa proposta de ação sobre Manejo Não-Madeireiro, pois colaborou com minha aproximação das atividades desenvolvidas pelas famílias extrativistas na comunidade Santíssima Trindade, suas

relações sociais com a natureza e um aprofundamento sobre a problemática que envolve as RESEXs.

Sendo assim, a realidade das práticas utilizadas pelas comunidades e povos tradicionais são fatores importantíssimos na conservação da natureza e a ser valorizado e reconhecido, pois permitem sustentabilidade de geração em geração.

Esse modelo que pode ser denominado de Etnoconservação, pode resultar numa proteção mais eficaz dos habitats e numa melhoria de vida dos povos e comunidades tradicionais que vivem na floresta, na zona costeira, às margens de rios e lagos brasileiros (DIEGUES, 2000; MARQUES, 2001).

No entanto, na comunidade Santíssima Trindade as atividades de Manejo Não-Madeireiro ainda são desenvolvidas por poucas famílias, apesar de 1) existir o manejo que se faz secularmente orientado por regras informais que a comunidade tem, a partir dos conhecimentos que dispõem sobre as dinâmicas da floresta e 2) da criação da Reserva Extrativista Mapuá (RESEX) que formalizou a atividade extrativista e algumas regras de manejo.

Minha aproximação das famílias durante a elaboração do presente plano de ação foi para entender como esses aspectos se articulam e se há divergências entre as regras da RESEX e as regras informais de manejo da comunidade, bem como ocorre a participação da comunidade nos espaços formais da RESEX, como no Conselho Gestor.

2. Contextualização da Área de Estudo: aspectos socioambientais

2.1 Município de Breves

Há vários modos de se falar sobre o município de Breves (PA). E cada instituição tem uma maneira própria de tratar do assunto. Do ponto de vista institucional, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fornece informações sociométricas e também históricas. Mas entendemos que outras perspectivas podem ajudar a perceber de forma mais ampliada o referido município.

De acordo com Instituto Piabiru (2001), Breves é um dos dezesseis municípios que fazem parte da mesorregião do Marajó, no extremo norte do Brasil, no estado do Pará. Situa-se na porção sudoeste do arquipélago marajoara, mais precisamente na microrregião dos furos de Breves, conhecida como “estreito de Breves”. Esse território constitui uma paisagem predominantemente de rios, igarapés e matas alagadas. Hoje, o município possui uma população de 92.860 habitantes, uma área territorial de 9.550,513 km^2 e uma densidade demográfica de 9,72 hab/km^2 (Figura 1).

Figura 1: Localização Geográfica de Breves no Pará. Fonte: NAEA/UFPA (2016).

De acordo com Couto (2013), o lugar onde hoje está a cidade de Breves teve início o processo colonial em princípios do século XVIII com uma família de portugueses, que residiam na chamada “Missão das Bocas”, lugar concedido pelo Capitão-general João de Abreu Castelo Branco e confirmada pelo Rei de Portugal, na época. Breves teve sua constituição histórica a partir de 1738, tendo como fundadoras duas famílias originárias da França e de Açores, a saber: Manoel Faria Fernandes Breves e Ângelo Fernandes Breves, os quais formaram um pequeno povoado nessa terra, trabalharam em roças e na construção de um engenho que passou a ser chamado Santana. Segundo a história local, o povoamento partiu das relações de parentescos dos fundadores supracitados, que ao passar dos anos foram chegando, criando novos laços e aumentando o número de habitantes, até formarem um vilarejo (PACHECO et al., 2009).

Nas narrativas, Pacheco et al. (2009), contam que nos anos de 1850, o local elevou-se a categoria de freguesia, denominada Santana dos Breves. Em 1851 surgiu a lei provincial, que possibilitou a constituição de vila e posteriormente de município. Porém, somente após 31 anos o povoado oficialmente foi caracterizado como cidade, o fato se deu em 1882.

O Município de Breves está limitado ao Norte pelos Municípios de Afuá e Anajás, ao Sul com os municípios de Melgaço e Bagre, a leste com os municípios de Anajás, Curralinho e São Sebastião da Boa Vista e, a oeste, Municípios de Melgaço e Gurupá.

Segundo Instituto Piabiru (2001), a formação vegetal está diretamente relacionada com os domínios geoecológicos (várzea e terra firme), apresentando diferenças na ocorrência das espécies, densidade florestal e influenciando principalmente o uso do solo e na gestão do território pela população local. A várzea apresenta formação de floresta tropical densa, ombrófila aluvial, tendo como principais espécies o açaizeiro (*Euterpe oleracea*), o miriti (*Mauriti flexuosa*), a ucuuba ou virola (*Virola surinamensis*), a andiroba (*Carapa guiannensis*) e a seringueira (Hevea brasiliensis) (Figura 2).

PRACAXI	MIRITI	SERINGUEIRA	ANDIROBA	VIROLA

Figura 2: Algumas espécies florestais da localidade. Fonte: Arison Gomes (2020).

A formação vegetal de terra firme é caracterizada como floresta tropical densa e secundária, ombrófila tendo como principais espécies a sucupira (*Vatairea sericea*), breu (*Protium* spp), louro (*Octea* sp), angelim pedra (*Hymenolobium pedraeum*), entre outras (INSTITUTO PIABIRU, 2001).

A rede hidrográfica é a principal via de acesso e comunicação interna do município, representado pelo emaranhado de furos, igarapés, igapós, rios e lagos, formando um complexo de ilhas (grandes e pequenas), destacando-se o rio Jacaré Grande, na parte noroeste do município, que com sua rede de cursos menores se intercomunica com rios e furos (Figura 3), incluindo o furo do rio Macacos, que indo na direção sul do município, liga-se ao rio de Breves, onde está localizada a sede municipal. O rio Jacaré Grande tem como tributário o rio Aramã, que por sua vez recebe as águas do rio Mapuá.

Figura 3: Rios Jacaré Grande, Aramã e Furos dos Macacos. Fonte: Google Earth.

Na área urbana do município, a economia é movida principalmente pelo funcionalismo público municipal e pelos idosos financiados pelos programas sociais do Governo Federal. A prefeitura é o principal empregador no Município de Breves. Os recursos obtidos por essas categorias de trabalhadores movimentam o comércio, principalmente informal, no qual predominam os produtos alimentícios e os importados de preço popular. Segundo Couto (2013), o consumo de combustível é substancial, em virtude da grande quantidade de barcos que se movimentam nos cursos fluviais do município e região.

O Município de Breves ainda mantém a economia baseada nos produtos extrativistas, principalmente o fruto do açaí, palmito e madeira. Tais produtos são fornecidos para pequenas e grandes indústrias que exportam o produto transformado. Esse processo sempre deixa um rastro de destruição, tanto no meio ambiente quanto no meio social, visto que, as indústrias exploram os recursos de forma indiscriminada e sem nenhum controle, visando apenas o lucro imediato. Sem nenhuma preocupação com as condições de vida de seus fornecedores de matéria-prima (em forma de toras extraídas pelos ribeirinhos), deixando-os em condições cada vez “miseráveis” quando o produto se esgota (ICMBIO, 2010).

Os preços do açaí e da madeira deixam um rastro de “destruição” também pelo fato desses produtos serem pagos com preços baixos. As indústrias se beneficiam, pois compram visando o lucro e, acabando a safra, ou período em que se realizam as atividades com maior frequência, os moradores ficam em situações extremas, em termos socioeconômicos.

O açaí é um produto não madeireiro, pois é proveniente de floresta nativa é uma das principais atividades para sustento dos extrativistas.

2.2 A Comunidade Santíssima Trindade

A comunidade localiza-se às margens direita do rio Aramã, município de Breves a cerca de 12 horas da sede do município (Figura 4).

Figura 4: Comunidade Santíssima Trindade. Fonte: Alberis Gomes (2017).

Somente por via fluvial é possível ter acesso à comunidade. As propriedades ou terrenos são compostos de várzea alta e baixa e terra firme. A vegetação é formada por uma parcela de espécies florestais tais como; andiroba, acapu, cuaruba, copaíba, pracuuba, seringueira, sucupira, tamaquaré, pracaxi, cupiúba e outros. Algumas dessas árvores são oleaginosas das quais são extraídos óleos como a andiroba, pracaxi e copaíba (Figura 5).

A biodiversidade é formada por uma fauna diversificada, além de outras espécies aquáticas como peixes e camarões. As estações do ano ocorrem em dois ciclos definidos, verão e inverno, divididos a cada seis meses.

Segundo o Sr. Jósino Pereira Furtado, morador da comunidade de 76 anos de idade, a comunidade foi fundada em 01 de janeiro de 1978. Nesse dia foi dirigido o primeiro culto de adoração ao Senhor, tendo como primeiro dirigente o próprio entrevistado, no qual exerceu a função durante 25 anos. Porém, no período de fundação não existia a paróquia de Anajás-PA.

Figura 05: Árvore (à esquerda) e Óleo de Copaíba (à direita). Fonte: Alberis Gomes (2020).

Para o Sr. Furtado[1], a comunidade Santíssima Trindade foi criada com o objetivo de uma maior aproximação com Deus, realização de batismos e para que as pessoas se reunissem aos finais de semana, pelo fato de não existir outra atividade, diferentemente dos dias de hoje, em que se presenciam diversas atividades de outra natureza.

Antes da fundação realizava-se a "Esmandade" onde se festejava o Espírito Santo e Santíssima Trindade. Naquele período, a professora Maria Mélia Felix Brandão[2] relata que era paga pela prefeitura e suas atividades eram realizadas em local improvisado (barracão de palha). A escola daquele período tinha como nome Divino Espírito Santo, sendo esta a primeira escola na década de 1984. Anteriormente, com a inexistência de escola, os filhos aprendiam sobre a extração dos recursos naturais e a respeitar as pessoas, onde os próprios pais os ensinavam. No momento, a comunidade possui aproximadamente 70 famílias. A Figura 6 apresenta parte da Cartografia Social elaborado com a comunidade.

A cartografia foi desenvolvida em 2018 durante a graduação do Curso de Etnodesenvolvimento. Para trabalhar a diversidade local, cultural e regional dentro do contexto escolar e territorial.

[1] Informações obtidas durante o Tempo Comunidade em entrevista com o Sr. Jósino Furtado - Relatório do ano de 2017.

[2] Primeira professora da Comunidade Santíssima Trindade, conforme, informações obtidas durante Tempo Comunidade, no ano de 2017.

Figura 6: Cartografia da Comunidade Santíssima Trindade. Fonte: Alberis Gomes (2018).

3. Criação da Reserva Extrativista Mapuá e sua gestão

A Reserva Extrativista Mapuá está inserida em território da comunidade Santíssima Trindade, local em que as famílias extrativistas, populações tradicionais, desenvolvem suas atividades de caça, pesca, roçados, agricultura e extrativismo, e nela reproduzem saberes e conhecimentos que mantêm a conservação da natureza. Além da Comunidade Santíssima Trindade existem outras que fazem parte da RESEX (Figura 7).

No ano de 2005, em concordância com todos os pareceres do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) sobre a criação de uma Reserva Extrativista na região do Mapuá, o Ministério do Meio Ambiente encaminhou à Presidência da República a proposta da criação com a delimitação clara da área a ser abrangida.

Optou-se, para facilitar sua demarcação, em definir a Unidade de Conservação na área entre os rios Aramã e Mapuá até a fronteira do município de Breves com os municípios de Anajás, São Sebastião da Boa Vista e Curralinho.

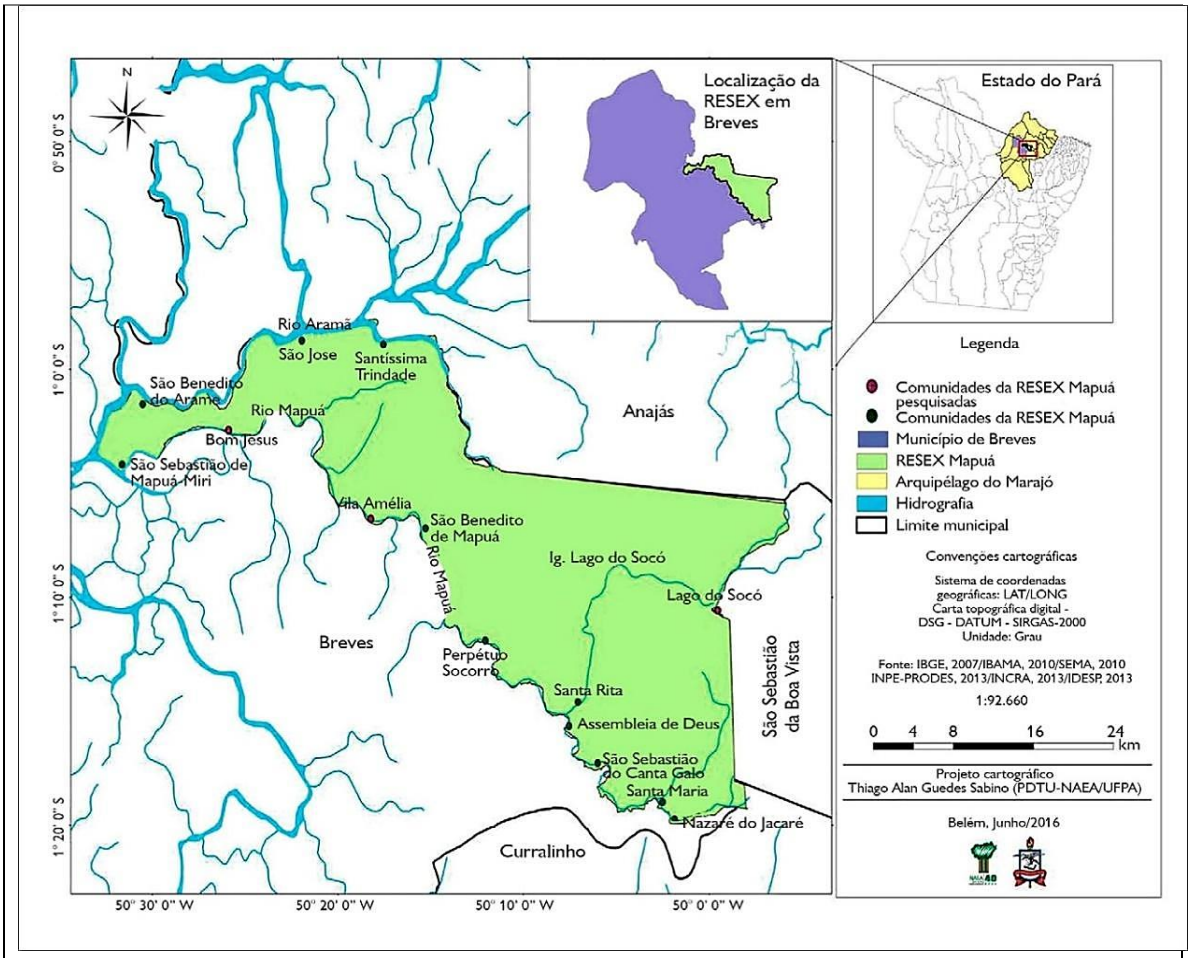


Figura 7: Comunidades na Resex Mapuá. Fonte: IBAMA 2010.

Vencido todos os trâmites burocráticos, em 20 de maio de 2005, o Presidente da República decreta a criação da RESEX Mapuá com uma área total de 94.463,93 hectares, ocupando 9,89% da área do município de Breves (Figura 8) e com objetivo de proteger o meio ambiente e garantir a utilização dos recursos naturais tradicionalmente utilizados pela população extrativista residente na sua área de abrangência (Art.2^{o} - Decreto 20 de maio de 2005). No mesmo ano também é decretado que o gestor da área será o IBAMA (BRASIL, 2005) (ANEXO 01).

Pelo fato de estar dentro da jurisdição do Escritório Regional do IBAMA no município de Breves – ligado a Superintendência do IBAMA de Belém – essa repartição assume a gestão da unidade de Conservação Federal e inicia os trabalhos pertinentes na RESEX Mapuá.

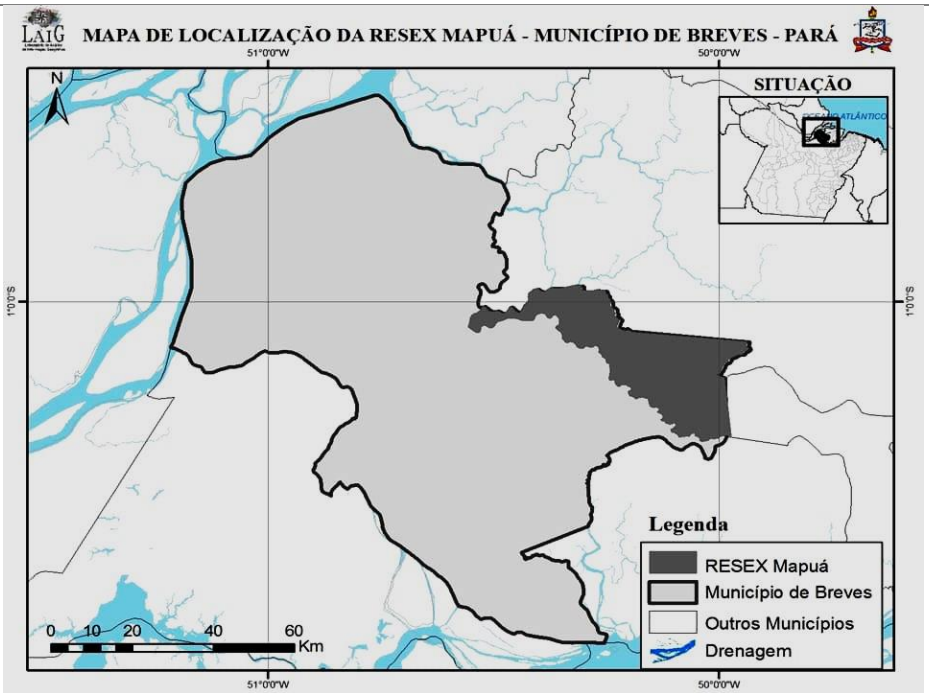


Figura 8: Resex Mapuá e sua localização em relação ao município de Breves. Fonte: UFPA (2018).

Com a aplicação da medida provisória da Presidência da República n° 366/2007, mais tarde promulgada pelo Congresso Nacional sob lei n° 11.516/2007, a gestão de todas as unidades de conservação federais deixa de ser atribuição do IBAMA e se tornam do recém-criado ICMBio **(**BRASIL, 2007). Os servidores do IBAMA destacados para as unidades de conservação são redistribuídos para o ICMBio, ocorrendo o mesmo no Escritório Regional do IBAMA em Breves.

3.1 Conselho Deliberativo e participação das comunidades

Partindo-se do disposto na Lei Federal 9.985/2000 de que todas as Reservas Extrativistas devem ser geridas por um Conselho Deliberativo que deverá ter a última palavra sobre o Plano de Manejo e que permitirá a utilização sustentável dos recursos naturais renováveis da própria unidade, o ICMBio priorizou, desde a criação da RESEX Mapuá, a formação do conselho gestor.

Depois de muita interlocução e articulação com os moradores do Mapuá, com as organizações da sociedade civil com atuação local e com as entidades públicas relevantes e de influência e presença no Mapuá, o ICMBio conseguiu formar o Conselho Deliberativo da RESEX Mapuá que conta com um representante de cada uma das entidades citadas a seguir Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;

- Secretaria Municipal de Saúde de Breves;
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER;

- Câmara Municipal de Breves;
- Secretaria Estadual de Educação - 13ª Unidade Regional de Educação;
- Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Agricultura de Breves;
- 9° Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará;
- Secretaria Municipal de Educação de Breves;
- Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social de Breves;
- Comunidade Santa Rita de Cássia;
- Comunidade Vila Amélia;
- Comunidade Santíssima Trindade;
- Comunidade São Benedito do Aramã;
- Comunidade São Sebastião do Mapuá-Miri;
- Comunidade Bom Jesus;
- Comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Lago do Socó;
- Comunidade São Sebastião do Cantagalo;
- Comunidade Assembleia de Deus;
- Comunidade Santa Maria;
- Comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Lago do Jacaré;
- Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro;
- Comunidade São Benedito do Mapuá;
- Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Mapuá;
- Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Lago do Jacaré;
- Sindicato dos Trabalhadores de Breves.

Todos os conselheiros têm igual poder de voz e voto nas assembleias do Conselho Deliberativo, mas por força da lei é obrigatoriamente presidida pelo representante do ICMBio**.**

Com a publicação no Diário Oficial da União, em 26 de junho de 2008 (Portaria 39 assinada pela Presidência do ICMBio), o Conselho Deliberativo da RESEX Mapuá foi oficialmente implementado e ganhou respaldo legal para implantar o Plano de Manejo da Unidade de Conservação e contribuir para sua implementação (Anexo 02).

A Associação de Moradores da Reserva Extrativista Mapuá (AMOREMA) é a organização civil com maior representatividade na Reserva Extrativista Mapuá. Ela foi criada em 4 de novembro de 2005, com sede administrativa na Comunidade Bom Jesus e tem desde abril de 2010 o Contrato de Direito Real de Uso. Esta é considerada a Associação-mãe da RESEX e caracteriza-se como um instrumento jurídico e também

político que permite aliar a regularização fundiária e o apoio ao desenvolvimento local, à preservação do patrimônio cultural e ambiental brasileiro (BRASIL, 2009).

Na RESEX Mapuá (Comunidade Santíssima Trindade, rio Aramã, Breves-PA), encontra-se em execução, desde o ano 2017 o Manejo Florestal Comunitário tendo como principal objetivo o uso sustentável e a redução de impactos ambientais.

3.2 Plano de Utilização da RESEX Mapuá

O Plano de utilização da Resex Mapuá foi elaborado com ampla participação dos comunitários, por meio de reuniões nos núcleos comunitários da unidade, no período de 27 de maio a 17 de agosto de 2008. Nas primeiras reuniões realizadas buscou-se estimular e provocar os comunitários, com base nos diagnósticos realizados, a pensarem sobre os recursos mais importantes na visão deles e descreverem de que forma fazem uso desses recursos. A equipe de analistas do ICMBio teve como principal missão a de moderar conflitos entre os comunitários, bem como ponderar conflitos advindos das não conformidades das regras propostas com relação a legislação vigente (PLANO DE UTILIZAÇÃO MAPUÁ, 2008).

O objetivo principal do plano de utilização é buscar a sustentabilidade econômica, ambiental e social da RESEX. De maneira que os recursos sejam utilizados mantendo essa pluralidade, então busca-se a sustentabilidade para mantê-los. Focando nos quatro pilares da RESEX: terra, produção, organização comunitária e respeito ao meio ambiente.

Todas as atividades desenvolvidas nos quatro pilares citados acima devem ser aplicadas de maneira controlada e prevendo a manutenção das gerações sucessivas. Dentro desta contextualização de organização comunitária, terra, produção, e respeito ao meio ambiente é que pensamos e articulamos a proposta de fortalecer o Manejo Florestal Não Madeireiro. Em decorrências da realidade explicita dentro do território da RESEX em que são necessárias maiores participações das instituições e órgãos que atuam no território, participações no sentido de ações, contribuições e alternativas para somar socialmente com as comunidades e sociedade.

Sendo assim, com as problemáticas apresentadas e existentes este trabalho busca favorecer e articular possibilidades viáveis para as famílias extrativistas. E nesse sentido o plano de uso da RESEX recomenda um plano de manejo com alternativas para incrementos das atividades e seus produtos.

4. Problemática

4.1 Embasamentos para a aplicação e desenvolvimento do Plano de Ação

A RESEX é um dos meios que nos fortalece para o enfrentamento em nossa afirmação enquanto povos das florestas e nas lutas por nossos direitos.

> A Reserva Extrativista é a reforma agrária dos seringueiros. É o reconhecimento de áreas de floresta, ocupadas tradicionalmente por seringueiros e outros extrativistas, como áreas de domínio da União, com usufruto exclusivo dos seringueiros organizados em cooperativas ou associações. Nas Reservas Extrativistas, não há títulos individuais de propriedade. Nelas serão respeitados à cultura e as formas tradicionais de organização e de trabalho dos seringueiros, que continuarão a realizar a extração de produtos de valor comercial como a borracha, a castanha e muitos outros, bem como a caça e a pesca não predatórias, juntamente com pequenos roçados de subsistência em harmonia com a regeneração da mata. As Reservas Extrativistas não serão áreas inviáveis economicamente: garantida a floresta, os seringueiros organizados aumentarão a produtividade, introduzindo inovações tecnológicas adequadas. Além disso, darão continuidade à criação de escolas, postos de saúde e cooperativas geridas por seringueiros. A Reserva Extrativista não é apenas a reforma agrária dos seringueiros, mas também uma forma de preservação da natureza pelos que dela dependem, e uma alternativa econômica para a Amazônia (STR/CNS/CUT 1989, p. 16*).*

Assim apresentamos os elementos para criação e importância das Reservas Extrativistas para as comunidades extrativistas ou povos tradicionais.

> As Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Assentamentos Agroextrativistas, ao lado das Terras Indígenas e das Terras de Quilombo, constituem uma parte importante do regime territorial no Brasil, por assegurarem direitos coletivos para populações que ocupam tradicionalmente biomas de importância nacional: são seringueiros e castanheiros, pescadores artesanais, coletores de babaçu, ervateiros de faxinais, coletores de berbigão, entre outras. O qualificativo de "tradicional" significa que essas comunidades têm utilizado os recursos do território com tecnologias de baixo impacto (BARBOSA DE ALMEIDA, ALLEGRETTI e POSTIGO, 2018, p.28).

Vários estudos e pesquisas apontam resultados significativos com relação a Reservas Extrativistas, dentre estas citamos Alencar et al. (2016) que, partindo de dados de 1999, as taxas de desmatamento nas quatro primeiras Reservas Extrativistas (Chico Mendes, Alto Juruá, Rio Ouro Preto e Rio Cajari), no período de 2000 a 2015, ficam abaixo de 1% em todas elas e têm uma tendência declinante (ver tabela 01). Vale ressaltar que em muitas reservas existem a grilagem onde fazendeiros utilizam o desmatamento em alta escala para a expansão do agronegócio.

A partir da década de 1970, na Amazônia, sobretudo na Amazônia oriental, observam-se processos de desmatamento cada vez mais agressivos, tornando-se uma região cuja exploração madeireira ganha considerável destaque no cenário nacional (FIGUEIREDO, LOPES E FILGUEIRA, 2005). Dados divulgados pelo Instituto Nacional

de Pesquisas Espaciais (INPE)[3] mostram que, no período de agosto de 2018 a julho de 2019, o desmatamento da Amazônia Legal foi estimado em 9.762 quilômetros quadrados (Km²). A área de vegetação nativa desmatada aumentou 29,54% em relação ao período anterior – de agosto de 2017 a julho de 2018.

Nesse sentido, destacam-se as práticas denominadas "agroestratégias" em que grupos empresariais se apropriam de terras para a expansão do agronegócio, um dos principais fatores para o desmatamento, e que negam as Comunidades Tradicionais.

> As denominadas agroestratégias e seus agentes avançam celeremente sobre o arquipélago do Marajó buscando o controle sobre as terras aráveis e os recursos hídricos e florestais. O conjunto de medidas designadas como "agroestratégias" estão referidas aos interesses empresariais vinculados ao agronegócio, que incorporam novas terras aos empreendimentos econômicos, sobretudo na região Amazônica, provocam a desterritorialização de povos e comunidades tradicionais com efeitos sociais e ambientais dramáticos (ALMEIDA E ACEVEDO MARIN, 2010. p. 141-159).

Com isso, é observado que a exploração de áreas florestais ocorre há muitos anos, mas vem se elevando cada vez mais, com desmatamento de inúmeras áreas gerando consequências para a população e para o País. Isso interfere na vivência dos mais diversos grupos étnicos e afeta diretamente o meio em que vivem. Em muitos casos, essas situações se tornam irreversíveis, comprometendo a história e vida de nossos grupos.

É importante destacar que mesmo essa categoria estando inserida em área de RESEX eles não fazem partem das populações tradicionais. Em vários estudos quando se refere ao desmatamento, esses grupos (agronegócio, fazendeiros, etc.) ficam implícitos, colocando que os principais responsáveis pelo desmatamento são comunidades tradicionais ou Reservas Extrativistas. Por essas problemáticas sofremos pressões, e é de total destaque salientar que ocorre o inverso, ou seja, nós povos tradicionais conservamos e protegemos a floresta.

---

[33] Agência Brasil acessado em 12 de janeiro de 2020. https://agenciabrasil-ebc-com-br.cdn.ampproject.org/v/agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/inpe-estima-9762km2desmatamento-na-amazonia-em-12-meses?

Tabela 01 - Área Desmatada Anualmente em 50 Resex do Bioma Amazônico de 2008-2017 (Em Hectares e %) de Área Desmatada.

ANO	DESMATAMENTO (HECTARES)	DESMATAMENTO (EM %)
2008	**8.300,84**	**0,07%**
2009	**5.300,25**	**0,05%**
2010	**8.933,67**	**0,08%**
2011	**4.875,81**	**0,04%**
2012	**4.437,07**	**0,04%**
2013	**3.734,49**	**0,03%**
2014	**5.600,04**	**0,05%**
2015	**7.836,65**	**0,07%**
2016	**5.720,22**	**0,05%**
2017	**4.139,32**	**0,04%**

FONTE: PRODES (2017). Médias de taxas anuais de desmatamento (excluindo casos sem dados de desmatamento) para 50 Reservas Extrativistas Federais do Bioma Amazônia.

As Reservas Extrativistas e Assentamentos Extrativistas contribuem de fato para a manutenção de florestas e redução do desmatamento.

O conceito de Reservas Extrativistas foi criado por seringueiros amazônicos, como Chico Mendes, com o apoio de aliados urbanos que deram visibilidade ao programa em escala nacional e internacional, propagando a ideia nas comunidades da floresta. As Reservas Extrativistas foram propostas para reconhecer direitos de moradores da floresta a territórios tradicionalmente ocupados e manter as florestas que são à base de seu modo de vida (ALLEGRETTI, 1990). Essa ação coletiva de seringueiros, de maneira imprevista, articulou-se aos movimentos sociais globais contra a destruição das florestas (BARBOSA DE ALMEIDA, 2004A).

É importante mencionar que até 2020, os avanços que os povos das florestas obtiveram e as conquistas do território em áreas de Reservas Extrativistas para conservação. Sabemos que a nossa resistência enquanto povos e comunidades tradicionais é contínua em defesa de “nossas terras”, na qual os grandes empreendimentos querem se apropriar.

A RESEX Mapuá tem sua importância para as famílias que nela vivem e para os Povos da Amazônia, já que se constitui um caminho para exercitar a conservação da natureza e o fortalecimento das comunidades e seus conhecimentos tradicionais. Sobre as RESEXs, Alegretti (1994) afirma que:

> (...) é uma área ocupada por populações que utilizam tradicionalmente recursos de base extrativa para subsistência e atividade comercial, transformada em área de domínio do poder público e administrada através da concessão de direito real de uso por associações locais. Pode ser definida, simultaneamente, como área de conservação e de produção, uma vez que a exploração dos recursos naturais depende de plano adequado de manejo (...) (ALEGRETTI, 1994, p. 20).

A RESEX é fundamental para esse fortalecimento. Mas os impasses que acabam existindo com essa medida formal de gestão, como a “falta de participação”, “regras ineficientes”, “falta de diálogo com o órgão gestor - ICMbio”, “descumprimentos das regras” ou a “falta de fiscalização” são aspectos a serem considerados. Como afirma Barbosa de Almeida et al. (2018, p. 44), “outro fator que afeta as Reservas Extrativistas federais é a ausência de recursos para implementar programas de educação, saúde e desenvolvimento econômico”. Isso é realidade na Resex Mapuá na comunidade Santíssima Trindade, a ausência de um posto de saúde, escola, para os moradores terem os atendimentos básicos de saúde e educação.

Daí surge, a necessidade de valorização das práticas, ou seja, os saberes existentes dos povos ligados às florestas. Por esta razão menciona-se a eficiente atividade produtiva na localidade estudada com os Produtos Não-Madeireiros que possibilitam a conservação da natureza ao longo das gerações e que prioriza amenizar e reduzir atitudes comprometedoras da sociobiodiversidade, bem como valorizar os saberes dos povos tradicionais.

Em nossas localidades (Reserva Extrativista) praticamos de forma intensa o Manejo Não-Madeireiro (Floresta em Pé) o qual tentamos fortalecer com o Plano de Ação, que é a coleta e produção dos produtos florestais. Também existe o Manejo Florestal Comunitário (MFC). A seguir traçaremos um paralelo, como mencionado por Pacheco e Azevedo Ramos *Apud* (2019, p.194) de que “a autonomia comunitária no MFC é aqui entendida como a decisão livre das populações tradicionais para escolherem a orientação das suas próprias ações referentes à administração da floresta e de seus recursos, dentro dos parâmetros jurídicos do Estado”.

Percebemos então que a autonomia para o desenvolvimento dessa atividade estar diretamente regida pelo estado. E a comunidade realiza de acordo com as orientações e disponibilidade das Instituições envolvidas.

O Manejo Não-Madeireiro, ou seja, a coleta dos produtos vai em outra dimensão e direção. Parte da autonomia da comunidade onde não se tem tempo estabelecido para a realização das atividades, mais sim, de acordo com cada ciclo ou safra. Existe a dependência do mercado mais não é total.

E no Manejo Não-Madeireiro as Comunidades Tradicionais tem essa relação com a natureza e suas atividades.

Por povos e comunidades tradicionais entende-se, segundo o Decreto 6.040, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades

tradicionais, de 7 de fevereiro de 2007:

> […] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas, gerados e transmitidos pela tradição.

A partir de minha percepção enquanto comunidade tradicional, morador e extrativista da RESEX Mapuá, é necessária uma maior participação da gestão no apoio a ações sustentáveis das famílias, bem como o maior envolvimento das famílias nessas ações. Com os diálogos que realizei com alguns extrativistas da comunidade foi possível aprofundar a compreensão sobre os potenciais e os obstáculos para implantação do processo ou da transição para o manejo florestal Não-Madeireiro.

Porém, é necessário pensar em suas limitações, como a necessidade de uma maior participação das pessoas na gestão da reserva, para então, aderirem ao Manejo da "floresta em pé", pois permite a gestão da natureza de modo sustentável visando a manuntenção das famílias e o fortalecimento dos saberes, esses repassados de geração a geração.

De acordo com Alves, Silva e Castro (2014), em estudo feito na Resex Mapuá:

> "É importante salientar que alguns preceitos da sustentabilidade não são práticas comuns dentro desta RESEX, com destaque para a exploração madeireira, representada pela instalação de pequenas fábricas de cabos de vassoura, que vem provocando a degradação cada vez maior da floresta e seus recursos (p.136) "

A respeito deste estudo, discordo em termos dos autores, pois existem sim práticas sustentáveis realizadas pelas famílias na RESEX, vale ressaltar que não existe fábricas de cabo de vassoura dentro de território da reserva, mas sim em outras localidades e de alguma forma eles comercializam ou tem acesso. Com relação a "exploração" madeireira isso ocorre por partes de algumas famílias, pois nem tudo "são flores". Ou seja, algumas famílias extraem para seu sustento e por falta de alternativas para se manter.

E tudo isso reflete na questão de organização de todos os envolvidos de modo geral na gestão e os seus meios sociais. Defendemos e auto afirmamos a Reserva como instrumento positivo para Amazônia e Comunidades Tradicionais. Porém precisa estudar, dialogar e criar novas possibilidades de inclusão dos comunitários na gestão dos projetos e programas sociais em nossos territórios. No território, a ausência de políticas públicas e os projetos sociais governamentais não atendem a todos e isso é uma problemática, sabendo que as famílias dependem de renda para manter as atividades diárias e necessidades básicas. E nesse sentido buscamos a autonomia da comunidade na gestão de seu território para o desempenho de atividades produtivas.

Apresento na figura 9 o estudo “Mapa participativo realizado pelo Instituto Florestal Tropical (IFT), realizado no ano 2015 a 2016, juntamente com as comunidades existentes na Resex Mapuá’’ sobre a relevância dos Produtos Florestais Não Madeireiros. Diante do estudo percebemos a viável ocorrência de Ucuúba, Seringa, Plantio de milho, Cumarú, Pracaxi, Andiroba, Patauá.

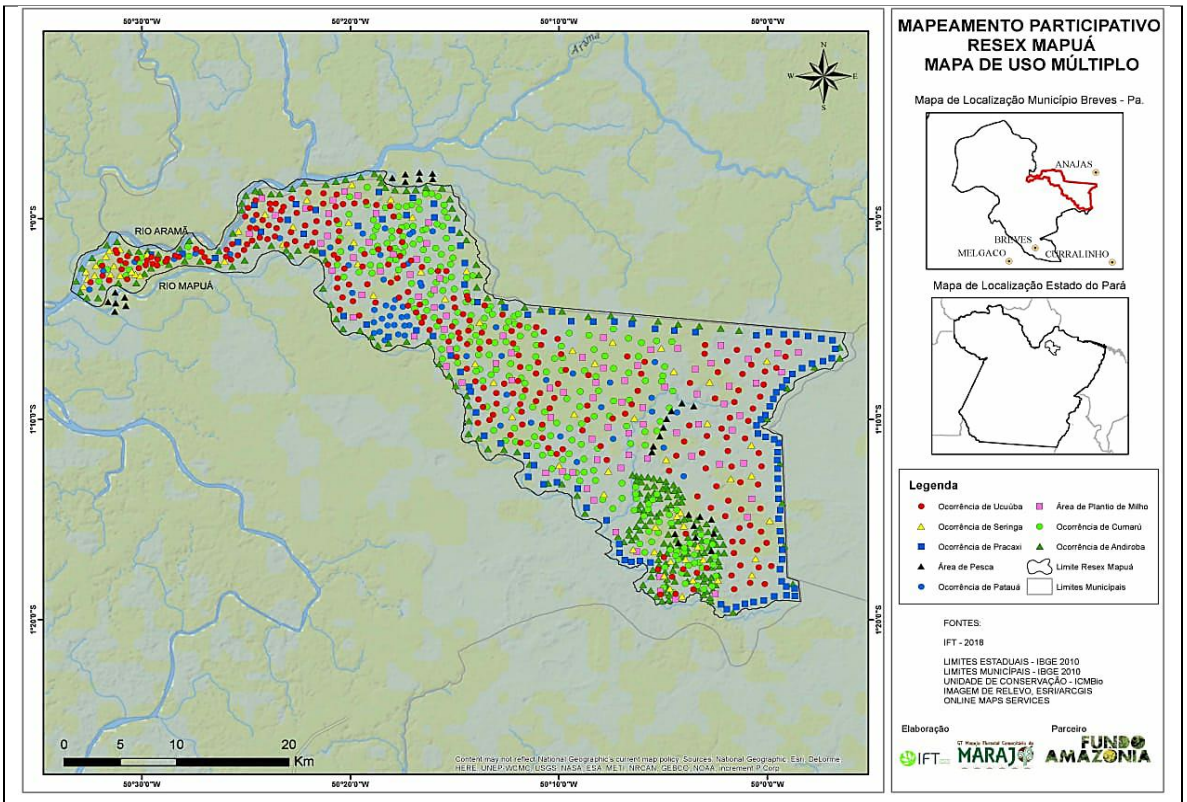


Figura 9: Mapeamento participativo Resex Mapuá mapa de uso múltiplo com indicação dos Produtos Não Madeireiros. Fonte: IFT (2018).

Com as informações presentes no mapa, notamos que a proposta é viável, pois é relevante a existência desses produtos nas comunidades da Reserva Mapuá e também algumas famílias já desenvolvem a extração e coleta dos Produtos Florestais Não-Madeireiros, sendo um processo de transição. Atividades de manejo envolvendo produtos Não-Madeireiros pelas populações tradicionais da Amazônia e seu papel para conservação da sociobiodiversidade, um caminho alternativo que conduza ao “Etnodesenvolvimento”.

O Etnodesenvolvimento é a relação da comunidade com o meio em que vive. Suas práticas desenvolvidas com seus conhecimentos, cultura, saberes e tradições realizando a proteção e conservação do ambiente. Com essas práticas e atividades de manejo Não-Madeireiro, buscamos a autonomia e autogestão da comunidade a qual se relaciona com a floresta para seu sustento e bem-estar. Dialogando com Barbosa de Almeida, Allegretti e Postigo (2018), “Reserva Extrativista é um conceito criado por seringueiros e não por

ambientalistas, com o fim de assegurar direitos territoriais e bem-estar de famílias extrativistas – com a salvaguarda dos recursos naturais que servem de base a esse bem-estar", (p. 37).

De fato, o artigo 18 do decreto que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) diz que a Reserva Extrativista "tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade" (Brasil, 2000). Através de ações coletivas promovendo sustentabilidade, sustentabilidade que parte das famílias locais afirmando que suas ações praticadas no dia a dia em seu território são sustentáveis.

> [...] ao Estado cabe contribuir para a criação das condições que tornem possível o Etnodesenvolvimento, além de prepará-los para atuar no sistema de relação de mercado globalizado. Superar a tutela do Estado passa também pela capacidade de geração de renda a partir dos recursos materiais, humanos e simbólicos localmente disponíveis (VERDUM, 2002, p. 91).

O manejo Não-Madeireiro pode ser considerado um processo de Etnodesenvolvimento, pois busca potencializar a auto sustentação e autogestão das famílias e suas necessidades básicas, e a proteção do meio ambiente. Pois a coletividade se envolve na autonomia com a comunidade valorizando e buscando mercado para os produtos.

> O Etnodesenvolvimento requer que as comunidades sejam efetivamente gestoras de seu próprio desenvolvimento, que busquem formar seus quadros técnicos-antropológicos, engenheiros, professores etc. – de modo a confirmar unidades políticas-administrativas que lhes permitam exercer autoridade sobre seus territórios e os recursos naturais neles existentes, de serem autônomos quanto ao seu desenvolvimento étnico e de terem a capacidade de impulsioná-lo (VERDUM, 2002, p. 88).

A comercialização dos produtos de maneira prática com ações alternativas pelos comunitários locais, é uma das ferramentas que pode superar a tutela e entraves do estado, sendo que a jurisdição do estado ocasiona diversas problemáticas para a comercialização. Em muitos casos quando algum programa alimentar é aprovado, o ciclo e safra de determinado produto já se passou, ou seja, não se tem mais o produto para vender. E também nesse sentido a participação comunitária é prioritária.

Buscamos e objetivamos com o presente estudo potencializar e expandir, no sentido de outras famílias desenvolverem essas atividades, pois são feitas multiatividades, ou seja, extraem os produtos Não-Madeireiros, mas também a madeira por parte de algumas famílias. É preciso construir políticas alternativas em que as famílias tenham participação ativa no gerenciamento das atividades, pois existe uma relação de território, tempo, espaço, ciclos produtivos, questões culturais e outros aspectos. Ou seja, as famílias têm o conhecimento do território em suas práticas e vivências do dia a dia.

Segundo Villas-Bôas et al. (2018), sobre o Manejo não madeireiro, “Esse arranjo ainda está em consolidação, mas se sabe que a sustentabilidade de uma assistência de qualidade em áreas remotas depende de políticas públicas articuladas e diferenciadas assentadas no território” (p. 231).

Espera-se que o plano de utilização traga dias melhores e benefícios para as comunidades, que melhore para nossos filhos e netos, com regras que servem para todos, para continuar e aumentar as caças e os peixes e outros recursos. Fazer em conjunto um plano para todos, de como preservar açaizal, peixes e caça, para ter melhores condições para a reserva, respeitando mais uns aos outros. E como vimos no plano de uso da RESEX, referente ao Plano de utilização, se recomenda a elaboração de um plano de manejo e buscar alternativas para incremento das atividades e seus produtos. É nesta direção que buscamos desenvolver e contribuir com o Plano de Ação, para fortalecer o Manejo Não-Madeireiro e respectivamente valorização dos produtos.

Outro fator que contribuiu em minha formação foram os trabalhos de pesquisas TC, desenvolvido no Curso de Etnodesenvolvimento, Licenciatura e Bacharel pela UFPA de Soure, pesquisa que realizei na localidade em que vivo, juntamente com a comunidade de maneira coletiva. E ao retorno do TU dialogamos com os conhecimentos e informações. No decorrer desse estudo presenciamos a importância e interação com que as famílias possuem e cuidam da natureza na aplicação de suas atividades produtivas ou de sustento. Com as informações obtidas busquei criar na prática um processo de Etnodesenvolvimento para pensar com a comunidade de que maneira a comercialização dos produtos locais poderia ser realizado, a partir do fortalecimento da “floresta em pé”.

Este trabalho tem como um dos objetivos, novos fundamentos ou aplicação de práticas que visam à sustentabilidade das famílias extrativistas, práticas essas desenvolvidas há muitos anos por essas famílias.

5. Objetivos

5.*1 Objetivo Geral*

Fortalecer o Manejo Florestal Não Madeireiro na Comunidade Santíssima Trindade associada à Resex Mapuá como um caminho para o Etnodesenvolvimento.

5.2 Objetivos Específicos

1) Identificar novas práticas, os desafios e potenciais para implementar o sistema de manejo não madeireiro com os extrativistas.
2) Promover ações coletivas para o manejo Não-Madeireiro juntamente com as famílias contribuindo no processo produtivo.

3) Realizar oficinas, intercâmbios e reuniões em relação ao manejo Não-Madeireiro, visando trocas de conhecimentos entre os extrativistas e as instituições.
4) Realizar parcerias entre a Comunidade (extrativistas) e outras entidades para implementação do manejo Não-Madeireiro.

6. Metas

As metas serão realizadas conforme descrito abaixo, fazem parte de uma proposta maior e até o momento da finalização deste TCC elas foram cumpridas parcialmente, considerando que o plano exige ações a curto, médio e longo prazo. O plano de ação tem metas a serem desenvolvidas num tempo mínimo de quatro anos (04), podendo ser estendido se necessário.

Meta 1: Entrevistar 15 (quinze) famílias de extrativistas da Comunidade Extrativista Santíssima Trindade **(Parcialmente realizado).**

Meta 2: Diagnóstico Participativo - acompanhar algumas famílias Extrativistas para entender os potenciais e os desafios para fortalecer a implementação do manejo não - madeireiro **(Já realizado).**

Meta 3: Firmar parcerias da Associação Agroextrativista dos rios Mapuá e Aramã (COAMA) sendo o IFT, ICMBio, UFPA, SEMA e CNS **(A atingir).**

Meta 4: realizar 01 (uma) oficina para compreender quais são os potenciais e as dificuldades para manter-se na atividade e a importância de conservação da floresta **(A atingir).**

Meta 5: Realizar 01 (uma) oficina para avaliarmos e compartilharmos os objetivos alcançados no decorrer do Plano de Ação **(A atingir).**

7. Metodologia

O Plano de Ação tem como metodologia a aplicação das ações que possibilitem fortalecer e implementar o Manejo Não - Madeireiro e a valorização dos produtos. Para realização dos objetivos foram utilizadas técnicas de pesquisa qualitativa e de caráter exploratório. Até o período de conclusão do TCC, as técnicas de coletas de dados utilizadas foram: Entrevistas, conversas informais e observações em campo.

As entrevistas com os extrativistas tiveram o objetivo de compreender os desafios e potencialidades que eles percebem da RESEX e foram desenvolvidas no ano de 2019.

Na observação em campo, o registro dos gestos, falas e ações dos interlocutores da pesquisa foram anotadas em diário de campo. A observação tem grande relevância na abordagem qualitativa, pois “possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado, o que apresenta uma série de vantagens” (GIL, 2002, p.26).

Os nossos interlocutores foram agricultores e representantes da comunidade. Eles serão denominados como comunitário 1 (mulher 50 anos de idade), comunitário 2 (jovem 20 anos de idade), comunitário 3 (mulher 28 anos de idade), comunitário 4 (homem 48 anos de idade) e comunitário 5 (homem 40 anos de idade), pois não foi consentido a escrita de seus nomes, porque eles pediram para preservar sua identidade, por possivelmente temerem sofrer pressões de outras pessoas. As entrevistas foram gravadas com os consentimentos dos interlocutores.

A pesquisa qualitativa fundamentou o trabalho de campo com registro da oralidade dos interlocutores da comunidade Santíssima Trindade, com a observação e descrição nos relatos e suas experiências de vida, suas relações sociais e culturais obtendo assim as informações para a compreensão e significado ao local estudado.

7.1 Técnicas de Coleta de Dados

a) Observação Participante

Aprendemos no decorrer das pesquisas na comunidade a relação (prática de manejo) que as famílias aplicam em suas diversas atividades sociais e culturais do seu cotidiano. Nesse sentido, iniciamos as pesquisas do tempo comunidade no segundo semestre de 2016, finalizando em 2019. Observando as organizações sociais locais, as problemáticas e as regras informais e formais na comunidade e, principalmente, a relação de seus saberes com o meio ambiente e sua diversidade. Dialogamos e aprendemos com as pessoas idosas, adultos, jovens, adolescentes e crianças.

b) Entrevistas Abertas

Utilizou-se dessa prática com o registro de algumas questões específicas ao manejo, ao território, as transformações do território, etc. As perguntas que orientaram o diálogo com os interlocutores estão no APÊNDICE B.

Empregou-se o critério de seleção dos idosos, adultos, jovens, adolescentes, pois cada interlocutor tem percepções diferentes de ver o meio em que vive de compreender e valorizar seu território.

7.2 Registro dos Dados

a) Audiovisuais e fotográficos

No decorrer da pesquisa foi realizado gravação por consentimento de alguns interlocutores. Outros optaram pela não gravação, assim realizei as anotações das informações manualmente.

b) Diário de campo

Realizou-se os registros, as anotações de dados desde as pesquisas do primeiro Tempo Comunidade para entender o estudo traçado e pesquisado. E também relatos da comunidade para sistematização dos dados.

7.3 Dados Secundários

Para a realização do trabalho consultamos fontes como; artigos científicos, relatórios, (sites do ICMBio, INPE e IFT), histórias orais e escritas, mapas e fotos.

7.4 Sistematização dos Dados

a) Transcrição das gravações e categorização

Foram transcritas algumas falas das gravações e das anotações com as principais temáticas que apareceram nas entrevistas e diálogos.

a) Sistematização dos dados em formas didáticas

Nesse item foi construído o calendário sócio ecológico para entender/compreender o período das multiatividades trabalhadas pelas famílias e suas dinâmicas.

b) Triangulação

Trata das repetições em termos das opiniões de cada um dos interlocutores e a partir dos diálogos. As repetições encontradas foram (conservar, preservar, regras não cumpridas, sustentabilidade das famílias, planejamento) (Figura 10).

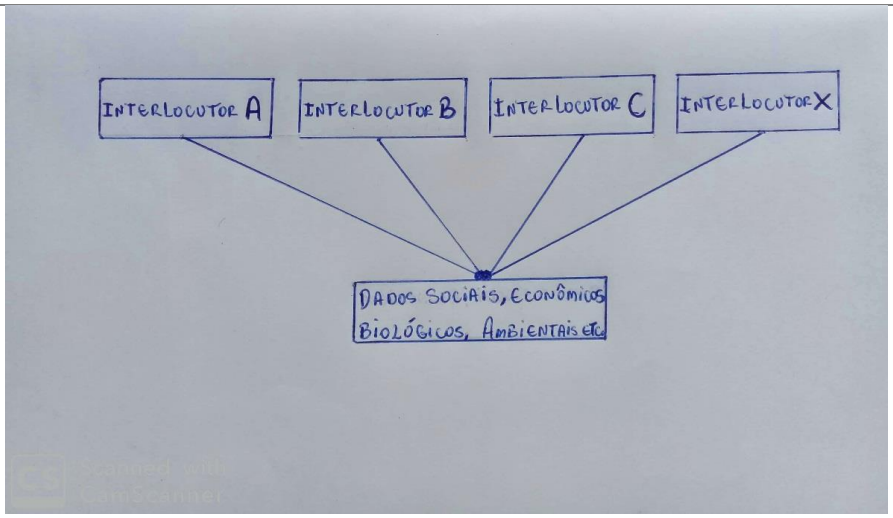


Figura 10: Proposta de Triangulação dos dados levantados. Fonte: Baseado em Mcarthur (1994) apud Vieira, Berkes e Seixas (2005).

7.5 Detalhamento das Metas

Meta 1: Entrevistas

Esta atividade será realizada com 15 quinze famílias da comunidade Santíssima Trindade para entender os impasses, as problemáticas relacionadas às regras existentes na RESEX e avaliação dos comunitários em relação a gestão sua formalização, bem como para

compreender os potenciais e desafios para implantação/fortalecimento do manejo florestal não madeireiro. Os envolvidos serão a comunidade e o estudante Alberis Gomes da Silva. A escolha das famílias seguiu os seguintes critérios: tempo de moradia, ter papel de liderança e integrantes comunitários, para fazer essa relação antes e após a RESEX. Os mais velhos (por terem mais vivências no referido local), adultos, jovens e adolescentes (para dialogarem com suas concepções, opiniões e conhecimentos).

Meta 2: Diagnóstico Participativo

De início o Plano de Ação terá o acompanhamento de algumas famílias, para identificar as potencialidades e dificuldades no processo de fortalecimento e implementação do Manejo Não - Madeireiro. Sendo assim, adquirimos informações e construímos coletivamente a elaboração do calendário com as principais atividades produtivas, a fim de compreender a diversificação das atividades extrativas e período ou safra com maior intensidade e como esses ciclos se alternam. Envolvendo meses do ano, fases da lua, fases da maré etc. Para a realização dessa ação, os envolvidos serão os comunitários e os extrativistas e estudante Alberis Gomes Da silva.

Segundo Vieira, Berkes e Seixas (2005), “as aplicações mais conhecidas do diagnóstico rural participativo incluem: diagnóstico e planejamento participativo; implementação, monitoramento e avaliação participativa de programas; investigação de tópicos específicos; e, treinamento e orientação para pessoas de fora e do local comunitários” e esses serão alguns passos considerados no processo coletivo.

Meta 3: parcerias

Discutir com os comunitários as possibilidades de efetivar parcerias para fortalecer e implementar o Manejo Não - Madeireiro. Visamos de início realizar parcerias com IFT, UFPA, ICMBio e Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) para dialogarem, contribuírem e auxiliarem em termos de alternativas de mercado dos produtos, bem como avaliar/registrar as estratégias adotadas no processo de transição.

O IFT contribuirá com capacitações técnicas de gerenciamento das atividades, ou seja, dos produtos a serem trabalhados, já que o referido órgão encontra-se atuando em território da RESEX. Enquanto que, o ICMBio e SEMA auxiliariam no desenvolvimento das oficinas no que condiz aos meios legais de aplicabilidade das atividades e conservação e preservação dos espaços naturais “sustentáveis”.

Pretende-se com a UFPA referente à Faculdade de Etnodiversidade Altamira, firmar cooperações para juntamente com o coletivo contribuir nas ações a serem desenvolvidas.

Meta 4: Oficina

Esta ação ocorrerá com os comunitários com uma oficina com carga horária de aproximadamente 7 horas, sendo conduzida por mim e com parceiros, como o IFT e ICMBio, instituições que têm papel de dar visibilidade, ou formalidade as práticas de conservação da floresta. O ICMBio conduzirá a oficina será uma parceria fundamental para apoiar as atividades e ressaltar a importância das famílias aderirem ao grupo de manejo. A SEMA poderá contribuir no desenvolvimento das ações, pois o Plano de Ação visa a proteção da floresta. Eu Alberis Gomes da Silva enquanto comunitário e Etnoeducador trabalharei na mobilização e interlocução contribuindo no desenvolvimento das atividades e a importância e dimensão dos produtos florestais Não-Madeireiros.

Meta 5: **Oficina de Avaliação**

Realizar 1 uma oficina com todos os envolvidos: comunidade, IFT, ICMBio e SEMA, para avaliar os objetivos atingidos no andamento do plano de ação.

Elaborar um relatório com a avaliação do plano de ação efetuando, apresentando um balanço das ações alcançadas, uma discussão crítica das falhas, se vierem a existir, para definir novos rumos do processo. A estimativa de tempo para cada meta é de seis meses (06). Irá se priorizar uma avaliação processual, já que se espera com o processo o fortalecimento da autonomia e a participação direta dos comunitários.

A Tabela 02 apresenta o organograma das Etapas do Projeto.

Tabela 02 - Síntese das Etapas do Projeto.

1ª Etapa	Reunião para apresentação, discussão e escolha do Plano de Ação com a Comunidade. **(Realizado)**
2ª Etapa	Produção do calendário sócio ecológico com as principais atividades produtivas e os circuitos multivariados que as famílias se envolvem. **(Realizado)**
3ª Etapa	Firmar parcerias da Associação Agroextrativista dos rios Mapuá e Aramã (COAMA) sendo o IFT, ICMBio, UFPA, SEMA e CNS **(A atingir).**
4ª Etapa	Oficina para compreender quais os potenciais e fragilidades para manter-se nas atividades de Manejo Não Madeireiro. **(A atingir)**
5ª Etapa	Realizar 01 (uma) oficina para avaliarmos e compartilharmos os objetivos alcançados no decorrer do Plano de Ação **(A atingir).**

Fonte: o Autor.

8. Cronograma de Execução

A Tabela 03 apresenta o cronograma.

ATIVIDADES	**2019**	**2019**	**2020**	**2020**	**2021**	**2021**	**2022**	**2022**
Semestre	**1°**	**2°**	**1°**	**2°**	**1°**	**2°**	**1°**	**2°**
Reunião para apresentação, discussão e escolha do Plano de Ação.	**x**							
Produção do calendário das atividades produtivas.		**x**						
Oficina para compreender os potenciais e fragilidades				**x**				
Oficina de Manejo Não Madeireiro para trocas de conhecimentos.					**x**			
Intercâmbio						**x**		
Comercialização dos produtos						**x**	**x**	**x**
Avaliação coletiva do Plano de Ação			**x**	**x**	**x**	**x**	**x**	**x**

9. Resultados Preliminares

Os Quadros 01 e 02 apresentam alguns dos resultados e as discussões levantadas diante do estudo preliminar realizado na localidade com os comunitários sobre o Manejo Florestal Não-Madeireiro. No Quadro 09 temos relatos e saberes dos comunitários referentes à dimensão e importância do plano de uso da RESEX, mais especificamente a conservação (florestas, rios, peixes, caças etc.).

A conservação mencionada no quadro referido, nós comunitários já realizamos há muitos anos. Mesmo antes da criação da RESEX. Pois, nossos antepassados nos ensinaram a cuidar, proteger, manejar e respeitar a floresta. Conservar é cuidar das gerações futuras e manter a floresta.

Quadro 01: A Resex, o planejamento e práticas na visão dos extrativistas.

"É para prevenir nossa vida no presente e no futuro, sem esse plano pode ser que passaríamos necessidade daqui a um tempo. " ***(Comunitário 01)***
"É uma coisa muito boa, pois o ser humano quando quer fazer uma coisa boa tem de planejar e o plano de uso vem fazer esse planejamento, ajuda a respeitar os limites dos outros, e vai ser bom para fazer o ser humano pensar melhor. " ***(Comunitário 02)***
"Penso igual ao meu pai pensava, tenho de conservar da minha coisa, porque ninguém mais vai conservar". ***(Comunitário 03)***
"Temos de preservar o que temos para nós e para nossos filhos, para continuar a ter" ***(Comunitário 03)***

No quadro 10 compartilhamos dos conhecimentos e saberes dos integrantes locais no que condiz a contribuição da RESEX para as famílias e meio ambiente, compartilha também de um melhor aprimoramento para a efetivação das regras e alternativas de comercialização para os produtos locais. Explicita também o empoderamento do território com a criação da Reserva Extrativista e coloca divergências e a total realidade em relação a gestão da RESEX, pelos órgãos responsáveis.

Quadro 02: A importância da Resex e suas organizações sociais e alguns impasses na visão dos extrativistas.

"Pelo meno as regras do plano de uso tem que foncionar, se não não vai acontecer. É uma coisa que tem que ser feito para acontecer mermo, disso ai não fonciona cinquenta por cento, em primeiro lugar ainda não houve uma fiscalização para a pessoa saber o que pode e o que não pode, o acesso de pessoa de fora na lei isso mermo não pode, agente sabe que tem que mudar para ser fechada essa porta ai. Sabe que tá na lei do estatuto, isso ai é uma da situação que tem que ser visto por que tá no estatuto dela. Tem que comprir as mesma regra porque a lei que é para um é pra todos. Os produtos ajudam porque como; além dele trazer recurso para sobrevivência do povo ele ajuda como remédio para saúde da pessoa. Cada ano a gente ganha mais experiência naquela atividade. Eu na minha opinião como morador, com a reserva teve uma melhoria de cinquenta por cento, a mais de cinquenta por cento, primeira coisa tivemo o empoderamento do território naquele tempo existia o patrão, hoje existe nós. Hoje uma das coisas que não faz valorizar nossos produtos é a demanda do atravessador, agente ainda não tá preparado para comercializar, porque apartir do que agente tiver engajado tudinho na cooperativa tiver o transporte da cooperativa para fazer a comercialização diretamente, nós vamo ter mais lucro do que no dia de hoje né. Nosso produto vai ser muito mais valorizado". ***(comunitário 04)***
"Eu como membro da comunidade foi convidado a participar, a opinar, se estavam sendo feito as regras tinham que se adequar as nossas necessidades. As regras não funcionam todas porque hoje ainda a gente ver conflitos aí né de pessoas que invade áreas dos outros, existe um pouco a falta de respeito. As mesmas regras são para todos ninguém tem privilégio. Na primeira passagem como conselheiro eu não entendia muito, as pessoas pensavam que era para dá conselho, quanto que não é, era para nós trazer aqui as informações passa para as pessoas, vermos os problemas que tinham aqui e passar para a gestão. Isso algumas vez a gente fiz, o gestor é ausente. Agora a gente foi convidado com um outro propósito de ser mais participativo do gestor estar mais perto da gente. A gestão estar distante, logo que iniciou tinha várias reuniões, agora ficou mais distante essa interação dos manejadores com o gestor. Falta as pessoas se organizarem mais. Eu digo assim para nós, nós fizemo um grupo de trabalho com quatro família, para trabalhar em roça, açaizal e mandioca então cada uma das famílias ficou com duas roças e um açaizal pronto. Com a resex teve sim avanço, projetos inseridos mais nem todas as famílias foram contempladas. Pode melhorar sim". ***(Comunitário 05)***

A partir dos relatos surgiram algumas categorias como: Autonomia, Participação na Resex, Produtos Não-Madeireiros e Regras.

Autonomia

Nesse conceito é explícito que a comunidade necessita de significativa autonomia para desenvolvimento de suas atividades na Resex, ou seja, não tem espaços ativos, pois os órgãos e instituições são os que decidem em termos técnicos quando acontecer, onde e porquê.

Participação na Resex

Diante dos relatos é necessário que a comunidade tenha mais espaços para decidir juntamente assuntos referentes a gestão da Reserva Extrativista. Vemos que a participação social em algumas situações ainda é restrita. E que até mesmo a gestão da Resex é ausente.

Produtos Não Madeireiros

De acordo com os diálogos os produtos não madeireiros são os principais fornecedores de renda para os extrativistas, mais é preciso a valorização do produto, esses fatores estão todos interligados, pois é com a autonomia que buscamos vender os produtos há um preço justo.

Regras

Vimos que algumas das regras referentes a Resex não funcionam. Nessa lógica é preciso unir e dialogar com ambas as partes para compreender os povos da floresta e rever as regras para sua efetivação e se necessário substituir e aprimorar aos conhecimentos locais. Segundo Lima (2009): É nesse contexto que se torna fundamental compreender, entender e promover instrumentos na gestão em territórios de povos e comunidades tradicionais na Amazônia.

A Tabela 04 é fruto do trabalho construído com a comunidade, com as principais atividades produtivas desenvolvidas e o período de cada uma delas. A Tabela 5 apresenta os principais produtos a serem priorizados no Plano de Ação.

Tabela 04: Calendário das principais Atividades Produtivas da Comunidade Santíssima Trindade, Breves (PA).

X	**Período que a atividade é praticada com maior intensidade, "a safra"**
☐	**Período que a atividade é intensa, mas sem existência de uma "safra"**
◯	**Período de menor intensidade das atividades**
Variação do nível do Rio Aramã na visão dos comunitários	**Gráfico que mostras os meses de maré alta e baixa**

	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
Produto/mês	**Jan**	**Fev**	**Mar**	**Abr**	**Mai**	**Jun**	**Jul**	**Ago**	**Set**	**Out**	**Now**	**Dez**
ROÇA	◯	◯	◯	◯	X	X	X	X	X	☐	☐	☐
AÇAÍ	☐	☐	☐	☐	☐	X	X	X	X	◯	◯	◯
PESCA	◯	◯	◯	◯	◯	◯	X	X	X	X	☐	☐
MEL DE ABELHA	◯	◯	◯	X	X	X	X	X	☐	☐	☐	☐
SEMENTE DE ANDIROBA	◯	X	X	X	☐	☐	◯	◯	◯	◯	◯	◯
SEMENTE DO PRACAXI	◯	X	X	X	☐	☐	◯	◯	◯	◯	◯	◯
UCUUBA	◯	X	X	X	☐	☐	◯	◯	◯	◯	◯	◯
MADEIRA	X	X	X	X	X	◯	◯	◯	◯	◯	☐	☐
CAÇA	◯	◯	◯	☐	☐	☐	X	X	X	X	X	◯

Fonte: o Autor, a partir do diálogo com os comunitários.

Tabela 05: Produtos a Serem priorizados no Plano de Ação.

Espécies Pretendidas	**Nome Científico**
AÇAÍ	***Euterpe oleracea***
PUPUNHA	***Bactris gasipaes***
UCCUBA	***Virola surinamensis***
LIMÃO	***Citrus x latifoli***
SEMENTE DE ANDIROBA	***Carapa guianesis***
SEMENTE DO PRACAXI	***Pentaclethra macroloba***
MACAXEIRA	***Manihot esculenta***

Fonte: o Autor.

O **Açaí** é um dos principais produtos para o consumo e venda, ou seja, fonte de renda é comercializado com destino a outros locais ou cidades (externo e interno). Enquanto que a **Pupunha** utilizamos no consumo e venda externa e interna. Já a semente de **Ucuuuba** não tem um destino de venda, pois falta contrato para sua comercialização.

Quanto a **Andiroba e Pracaxi,** o óleo de ambas as espécies são utilizados 80% como remédios caseiros na comunidade e 20% são vendidos interna e externamente. A **Macaxeira** é destinada para o consumo e venda externa em pequena proporção. Com relação à pesca, o pescado é somente para o consumo, pois, na localidade a captação do pescado é baixa, e de certa forma é uma atividade executada por poucas famílias.

O **Mel de Abelha** é vendido para outros locais (externos), mas também consumido internamente pelas famílias da localidade. A **Caça** tem o destino para o consumo é raro alguém comercializar, na caça existe o hábito do caçador doar algum pedaço para os vizinhos com maior aproximação (diálogo, conhecido, afeto etc.). A **Madeira** tem o destino para as atividades locais como: construção e reconstrução de casas, trapiches e outros. E também em alguns locais da comunidade se vende externamente.

10. Considerações Finais

Este trabalho procurou desenvolver coletivamente as atividades, buscando identificar possíveis alternativas para os produtos locais da Comunidade Santíssima Trindade e a importância da organização social. Buscou avaliar os desafios, a função e importância que as famílias percebem da RESEX.

Os Produtos Não - Madeireiros são a maior fonte de sustentabilidade das famílias extrativistas. Com o trabalho buscou-se fortalecer as ações coletivas e participativas, servindo como trocas de experiências para outras comunidades. Ressalta-se que a comercialização dos produtos segue como um plano de ação de continuidade a este, pois exige um diagnóstico ligado a comercialização.

Enquanto discente do curso de Etnodesenvolvimento tenho a responsabilidade de fortalecer, contribuir e buscar alternativas com a comunidade. E o Plano de Ação parte desse princípio. No decorrer do trabalho o processo de diálogo com a comunidade foi eficiente para entender as problemáticas locais e a dimensão do desenvolvimento do estudo e proposta. Durante a interlocução elevei meus conhecimentos e saberes relacionados a Resex. Estar contribuindo com a “minha” comunidade é significante em somar na localidade a qual estou inserido, sendo extrativista e buscando melhorias coletivamente.

Como extrativista e comunidade tradicional temos ainda vários objetivos (desafios) a serem alcançados principalmente relacionados às políticas públicas. Como Etnoeducador e extrativista buscarei promover coletivamente alternativas para nossa comunidade e para o enfrentamento e fortalecimento local. Continuaremos resistindo e existindo em trocas de saberes e elevando os diálogos para um melhor desempenho e aplicação do Plano de Ação.

O curso de Etnodesenvolvimento Licenciatura e Bacharelado – UFPA – Campus de Altamira/Soure contribui de modo significativo em nossa formação e desenvolvimento de nossos trabalhos tendo como produto da trajetória do curso o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC). O referido curso nos possibilitou a discutir e trabalhar elementos sobre a diversidade local, regional e nacional, merece destaque e reconhecimento na formação nacional de profissionais de Povos e Comunidades Tradicionais.

No decorrer de todo esse processo de formação, o curso propiciou conhecimentos e aprendizados dialogados na academia e comunidade mantendo uma relação de troca de saberes. Enquanto comunidades tradicionais da/na Amazônia temos espaços para escrevermos sobre nossas vivências, práticas, os desafios enfrentados e as ferramentas de resistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Brasil acessado em 12 de janeiro de 2020. https://agenciabrasil-ebc-com-br.cdn.ampproject.org/v/agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/inpe-estima-em-9762-km2-desmatamento-na-amazonia-em-12-meses?

Agronegócio e Falta de Investimentos fecham escolas no Pará. Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Publicado em 31 de janeiro de 2018, escrito por Lilian Campelo. https://www.cut.org.br/noticiais/queda-no-numero-de-alunos-agronegocio-e-falta-de-investimento-fecham-escolas-no-fd68

Alencar, A.; Pereira, C.; Castro, I.; Cardoso, A.; Souza, L.; Costa, R.; Bentes, A. J.; Stella, O; Azevedo, A.; Gomes, J.; Novaes, R. *Desmatamento nos Assentamentos da Amazônia*. Histórico, Tendências e Oportunidades. Brasília: IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), 2016.

Allegretti, M. Alternatives do Deforestation: steps towards sustainable use of the Amazon rain forest. *In*: Anderson, A. B. (Org.). **Alternatives to deforestation: steps towards sustainable use of the Amazon rain forest.** New York: Columbia University Press, 1990, pp. 252-264

Almeida, A. W. B. de e Acevedo Marin, R. E. 2010. Campanha de (des)territorialização na Amazônia: o agronegócio e a restruturação do mercado de terra, in Bolle, W., Castro, E. & Wejmelka, M. (Orgs). Amazônia: região universal e teatro do mundo. São Paulo: Globo, pp 141-159.

ALVES, Odair José Aragão; SILVA, Christian Nunes da; CASTRO, Carlos Jorge Nogueira de. **Uso dos recursos naturais por populações tradicionais na Resex Mapuá (breves – Pará).** Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), Belém, n. 1, v. 01, p. 135-154, jan./jun. 2014.

André VILLAS-BÔAS[1], Rodrigo JUNQUEIRA[1], Marcelo SALAZAR[1], Augusto POSTIGO[1], Jeferson STRAATMANN[1], Cristina VELÁSQUEZ[1], Juan DOBLAS[1], Edione GOVEIA[1], Maria Augusta TORRES[1], Victor Cabreira LIMA[1], Fabíola Andressa Moreira da SILVA[1], Leonardo de MOURA[1], Roberto REZENDE[1]*. **As Reservas Extrativistas da Terra do Meio: uma experiência de desenvolvimento alternativo para a Amazônia.** Desenvolv. Meio Ambiente, v. 48, Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes, p. 214-235, novembro 2018.

ARROYO, Miguel G, CALDART, Roseli e MOLINA, Mônica. *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004b.

Associação Brasileira de normas e técnicas. Informação e documentação – referências – elaboração. Segunda edição. ABNT NBR 6023: 2018 68.p

Barbosa de Almeida, M. W. Direitos à Floresta e Ambientalismo: os seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, (19)55, 34-53, 2004a.

_____, M. W. *et al*. O legado de Chico Mendes: êxitos e entraves das Reservas Extrativistas. (Desenvolv. Meio Ambiente, v. 48, Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes, p. 25-55, novembro 2018.)

BRASIL, **Lei n° 11.516, de 28 de agosto de 2007.** Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

_____, **Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000. Instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da natureza – SNUC.** Brasília: Diário Oficial da União, 2000.

_____, **Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

_____. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). **Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista Mapuá – Fase I**. Breves (PA), 2009.

_____. Decreto n° 6040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Portal da Legislação. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

_____. **Decreto Presidencial de 20 de maio de 2005. Decreto de criação da Reserva Extrativista Mapuá.** Brasília: diário Oficial da União, 2005.

Couto, Jeovani de Jesus. Entre águas e florestas: Alternância Pedagógica na Reserva Extrativista do Mapuá Breves - Marajó, 2013-2015.
Diegues, A. C.; Arruda, R. S. V. *Saberes tradicionais e Biodiversidade*. MMA, Brasília, 2001.

_____, A. C. Conhecimentos, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza. Desenvolvimento e Meio ambiente, v. 50, Diálogos de Saberes Socioambientais: desafios para epistemologias do Sul, p. 116-126, abril 2019.

Educação Como Prática da Liberdade. Exemplar N° 1405. Direitos dessa edição reservados à EDITÔRA PAZ E TERRA LTDA. AV. Rio Branco 156 – 12° andar, s/1222 RIO DE JANEIRO 1967.

Figueiredo, A. M; Lopes, M L. B; Filgueira, G. C. 2005. Extração de madeira e agregação ao PIB da região amazônica. Amazônia: Ci. & Desenv., Belém, 1(1), jul./dez.

Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais: conceitos métodos e experiências / Paulo Freire Vieira, Fikret Berkes e Cristiana S. Seixas. – Florianópolis: Secco/APED, 2005. 416 p. : il. ; tabs, ; 23cm.

GOMES, Alberis da Silva. **Relatório do 3° Tempo Comunidade**. Turma 2016, curso Etnodesenvolvimento - UFPA. 2017.

ICMBio. **Portaria n° 39 de 25 de junho de 2008. Dispõe sobre a criação do ConselhoDeliberativo da Reserva Extrativista Mapuá.** Brasília: Diário Oficial da União, 2008.

Instituto Piabiru 2001. Aspectos Socioambientais e Socioeconômicos no Marajó.

NBR 10520:2002 – Informação e documentação: citações em documentos – apresentação;

NBR 14724:2011 Informação e documentação: trabalhos acadêmicos – apresentação.

NBR 6024:2012 – Informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento – apresentação;

NBR 6027:2012 – Informação e documentação: sumário – apresentação;

Jéssica PACHECO, Claudia AZEVEDO RAMOS. **Os regulamentos do manejo florestal madeireiro e a autonomia das populações tradicionais em unidades de conservação da Amazônia.** Desenvolv. Meio Ambiente, v 50, p.192-215, abril 2019.

PACHECO, A. S.; SCHAAM, D.P.; BELTRÃO, F.J. **Remando por Campos e Florestas: Patrimônios Marajoaras em Narrativas e Vivências.** 2009.

Povos tradicionais no arquipélago do Marajó e políticas de ordenamento territorial e ambiental / Rosa Elizabeth Acevedo Marin ... [et al.]. – Rio de Janeiro: CASA 8, 2015.

REYDON, B. P.; SCHLÖGL, A. K. S. B.; HENRY, G. **Produtos florestais não madeireiros da Amazônia:** Limites e perspectivas enquanto alternativa para o desenvolvimento sustentável da região. In: II Congresso Ibero-Americano de Pesquisa e de Desenvolvimento de Produtos Florestais e do I Seminário em Tecnologia da Madeira e Produtos Florestais Não Madeiráveis, 2002, Curitiba. Anais do Congresso. Curitiba: UFPR, 2002a. p. 1-11.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2004). A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade.

Shanley, Patricia. Além da Madeira: certificação de produtos florestais não-madeireiros/Por Patricia Shanley, Alan Pierce e Sarah Laird. Bogor, Indonésia: Centro de Pesquisa Florestal Internacional (CIFOR), 2005. 153 p.

SÃO CARLOS. Prefeitura Municipal de São Carlos. *São Carlos 3° milênio:* Perspectivas para o desenvolvimento sustentável. São Carlos, 2000.

STR/CNS/CUT. *Chico Mendes.* Coordenação Editorial: F. Pachalski, M. Allegretti, M. B. Pereira, M. W. B. de Almeida e N. Balcão. Xapuri e São Paulo: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Conselho Nacional dos Seringueiros e Central Única dos Trabalhadores, 1989.

VERDUM. R. Etnodesenvolvimento e mecanismo de fomento do desenvolvimento dos povos indígenas a contribuição os Subprograma Projetos Demonstrativo (PDA). In: LIMA, A. S; BARROSO-HOFFMANN, M. (Org.). **Etnodesenvolvimento e políticas Públicas:** bases para uma nova política indigenista Rio de Janeiro: Contracapa/LACED, 2002, p. 87-106.

ANEXO 1

Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO DE 20 DE MAIO DE 2005.

Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Mapuá, no Município de Breves, no Estado do Pará, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, e o que consta do Processo nº 02018.008666/2002-12,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Reserva Extrativista Mapuá, na Ilha de Marajó, no Município de Breves, no Estado do Pará, com uma área aproximada de noventa e quatro mil, quatrocentos e sessenta e três hectares e noventa e três centiares, tendo por base as Cartas SA-22-X-A, SA-22-X-C, com escala 1:250.000, publicada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com o seguinte memorial descritivo: partindo do Ponto 1, de coordenadas geográficas aproximadas 50º 33'23.22"WGr e 01º 03'32.19"S, localizado na confluência do Rio Mapuá com o Rio Aramá; deste, sobe pelo Rio Aramá, no sentido montante, seguindo pela linha divisória dos Municípios de Breves e Anajás, por uma distância aproximada de 38.047,971 metros, até Ponto 2, de coordenadas geográficas aproximadas 50º 19'06.84"WGr e 00º 57'35.71"S, localizado na confluência do Rio Aramá com o Rio Aramá Grande; deste, segue pela margem esquerda do Rio Aramá Grande, no sentido montante, seguindo o limite municipal, por uma distância aproximada de 25.854,955 metros, até o Ponto 3, de coordenadas geográficas aproximadas 50º 11'24.15"WGr e 01º 04'17.75"S, localizado na nascente do Rio Aramá Grande; deste, segue pela linha divisória dos Municípios de Breves e Anajás, por uma reta de azimute 95º 11'25" e distância aproximada de 28.198,938 metros, até o Ponto 4, de coordenadas geográficas aproximadas 49º 56'15.52"WGr e 01º 05'40.54"S, localizado na nascente do Igarapé Fundo; deste, segue pelo referido igarapé, sentido jusante, seguindo o limite municipal, por uma distância aproximada de 13.195,229 metros, até o Ponto 5, de coordenadas geográficas aproximadas 50º 00'16.84"WGr e 01º 10'19.41"S, localizado na confluência do Igarapé Fundo com um Igarapé sem denominação; segue por estes igarapés sem denominação, no sentido montante, seguindo o limite municipal, por uma distância de aproximadamente 2.173,449 metros, até o Ponto 6, de coordenadas geográficas 49º 59'13.35"WGr e 01º 10'44.63"S, localizado na linha divisória dos Municípios de Anajás, Breves e São Sebastião da Boa Vista; deste, segue pela linha divisória dos Municípios de Breves e São Sebastião da Boa Vista, por uma reta de azimute 174º 10'21" e distância aproximada de 15.412,654 metros, até o Ponto 7, de coordenadas geográficas aproximadas 49º 58'22.52"WGr e 01º 19'03.92"S, localizado na linha divisória dos Municípios de Breves, São Sebastião da Boa Vista e Curralinho; deste, segue por uma reta de azimute 274º 32'13" e distância aproximada de 1.643,.400 metros, até o Ponto 8, de coordenadas geográficas aproximadas 49º 48'20.27"WGr e 03º 19'17.79"S, localizado no Braço Esquerdo do Rio Mapuá; deste, segue pela margem direita do referido rio, no sentido jusante, por uma distância aproximada de 18.284,004 metros, até o Ponto 9, de coordenadas geográficas aproximadas 50º 06'24.60"WGr e 01º 18'05.49"S, localizado na confluência do Braço Esquerdo do Rio Mapuá com o Rio Mapuá; deste, segue pela margem esquerda do Rio Mapuá, no sentido jusante, por uma distância aproximada de 88.792,707 metros, até o Ponto 1, início deste memorial descritivo, totalizando um perímetro aproximado de duzentos e trinta e um mil, seiscentos e onze metros e quatorze centímetros.

Art. 2º A Reserva Extrativista ora criada tem por objetivo proteger o meio ambiente e garantir a utilização dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados pela população extrativista, residente na área de sua abrangência.

Art. 3º Caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA administrar a Reserva Extrativista Mapuá, adotando as medidas necessárias para a sua implantação e controle, nos termos do art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, providenciando os contratos de cessão de uso gratuito com a população tradicional extrativista, para efeito de sua celebração pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e acompanhar o cumprimento das condições neles estipuladas, na forma da lei.

Art. 4º Ficam declarados de interesse social, para fins de desapropriação, na forma da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, os imóveis rurais de legítimo domínio privado e suas benfeitorias que vierem a ser identificadas na Reserva Extrativista Mapuá, para os fins previstos no art. 18 da Lei nº 9.985, de 2000.

§ 1º O IBAMA fica autorizado a promover e executar as desapropriações de que trata este artigo, podendo, para efeito de imissão de posse, alegar a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

§ 2º A Procuradoria Geral Federal, órgão da Advocacia-Geral da União, por intermédio de sua unidade jurídica de execução junto ao IBAMA, fica autorizada a promover as medidas administrativas e judiciais

pertinentes, visando a declaração de nulidade de eventuais títulos de propriedade e respectivos registros imobiliários considerados irregulares, incidentes na unidade de conservação de que trata este Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de maio de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Marina Silva

ANEXO 2

PORTARIA N°- 39, DE 25 DE JUNHO DE 2008

A PRESIDENTE SUBSTITUTA DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – INSTITUTO CHICO MENDES, de acordo com o texto da Lei n**o-** .516, de 28 de agosto de 2007, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso IV, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto 6.100, de 26 de abril de 2007, ambos publicados no Diário Oficial da União do dia subseqüente; e pela Portaria n**o-** 153, de 06 de junho de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 09 de junho de 2008, Seção 2, pág. 37;

Considerando o disposto no art. 29 da Lei n**o-** 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o Art. 225, § 1°-, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e dá outras providências; considerando o Decreto de 20 de Maio de 2005, que criou a Reserva Extrativista Mapuá, no Estado do Pará; e, Considerando as proposições feitas no Processo ICMBio N° 02070.000515/2008-77, R E S O

L V E:

Art.1°- Criar o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Mapuá, criado com a finalidade de contribuir com ações voltadas à efetiva implantação e implementação do Plano de Manejo dessa Unidade e ao cumprimento dos objetivos de sua criação.

Art.2°- O Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Mapuá é composto pelas seguintes representações:

I – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;
II – Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA;
III - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER;
IV - Câmara Municipal de Breves;
V - 13ª Unidade Regional de Educação – URE;
VI - Secretaria Municipal de Recursos Hídricos e Agricultura – SEMARHA;
VII - 9° Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará;
VIII - Secretaria Municipal de Educação – SEMED;
IX - Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTRAS;
X - Comunidade Santa Rita de Cássia;
XI - Comunidade Vila Amélia;
XII - Comunidade Santíssima Trindade;
XIII - Comunidade São Benedito do Aramã;
XIV - Comunidade São Sebastião do Mapuá Miri;
XV - Comunidade Bom Jesus;
XVI - Comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Socó;
XVII - Comunidade São Sebastião do Canta Galo;
XVIII - Comunidade Assembléia de Deus;
XIX - Comunidade Santa Maria;
XX - Comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Lago do Jacaré;
XXI - Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro;
XXII - Comunidade São Benedito do Mapuá;
XXIII - Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Mapuá – AMOREMA;
XXIV - Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Lago do Jacaré;
XXV - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Breves;

§ 1**o-** O Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Mapuá será presidido por servidor do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, indicado pela Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

§2 **o-** O titular e o suplente do Instituto Chico Mendes deverão ser indicados pela Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais da Autarquia.

Art.3°- As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Mapuá serão fixados em regimento interno elaborado pelos membros do Conselho e aprovado em reunião. Parágrafo único. O Conselho Deliberativo deverá elaborar seu Regimento Interno no prazo de até 90 dias, contados a partir de sua posse, em data a ser marcada após a publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.

Art.4°- Toda e qualquer alteração na composição do Conselho Deliberativo deve ser registrada em Ata de Reunião Ordinária da Assembleia Geral e submetida à decisão dessa Presidência.

Art.5°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVANA CANUTO MEDEIRO

APÊNDICE

APÊNDICE A: Reunião para escolha e definição do projeto.

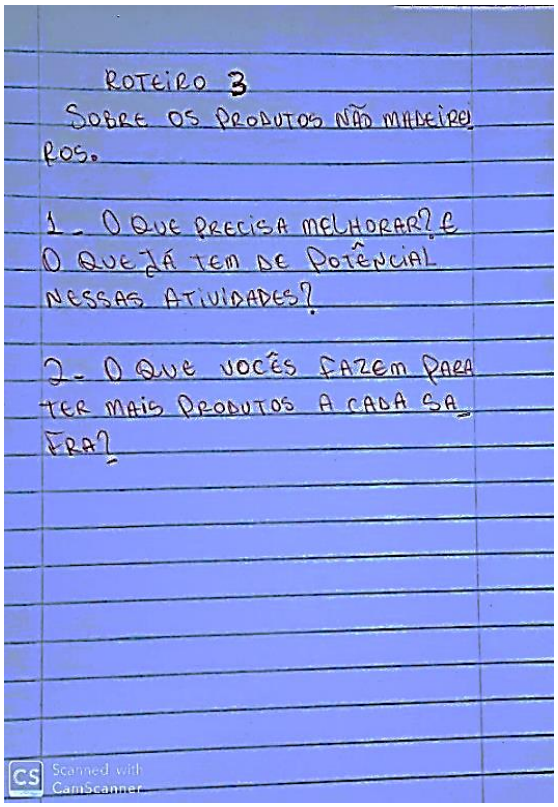
APÊNDICE B: Roteiro do dialogo referente ao tema do TCC

Conte um pouco da história da fundação de sua comunidade e as principais mudanças ocorridas nos dias atuais?

O que seria desenvolvimento sustentável?

Quais são as principais formas de obtenção de itens alimentares na comunidade?

Quando e como se deu o processo de criação da comunidade? O que contam os mais velhos sobre o lugar?



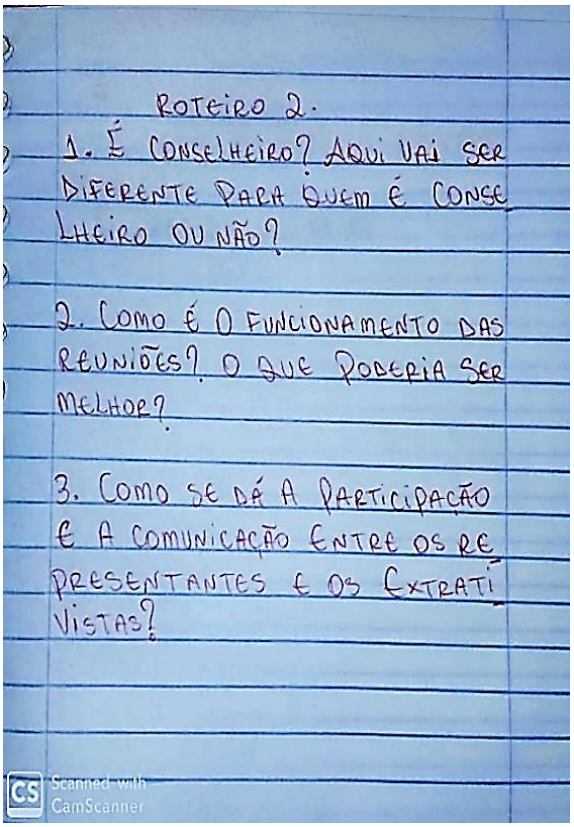
ROTEIRO 3

SOBRE OS PRODUTOS NÃO MADEIREIROS.

1 - O QUE PRECISA MELHORAR? E O QUE JÁ TEM DE POTENCIAL NESSAS ATIVIDADES?

2 - O QUE VOCÊS FAZEM PARA TER MAIS PRODUTOS A CADA SAFRA?

Scanned with CamScanner



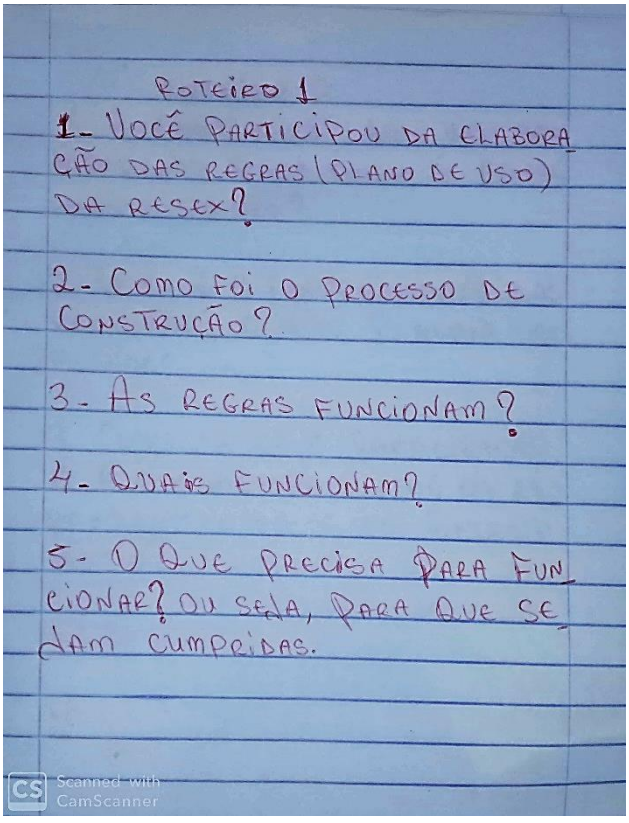
ROTEIRO 2.

1. É CONSELHEIRO? AQUI VAI SER DIFERENTE PARA QUEM É CONSELHEIRO OU NÃO?

2. COMO É O FUNCIONAMENTO DAS REUNIÕES? O QUE PODERIA SER MELHOR?

3. COMO SE DÁ A PARTICIPAÇÃO E A COMUNICAÇÃO ENTRE OS REPRESENTANTES E OS EXTRATIVISTAS?

Scanned with CamScanner



ROTEIRO 1

1 - VOCÊ PARTICIPOU DA CLABORAÇÃO DAS REGRAS (PLANO DE USO) DA RESEX?

2 - COMO FOI O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO?

3 - AS REGRAS FUNCIONAM?

4 - QUAIS FUNCIONAM?

5 - O QUE PRECISA PARA FUNCIONAR? OU SEJA, PARA QUE SEJAM CUMPRIDAS.

Scanned with CamScanner